

Caminhos para o amanhã

**Programa de Governo
Renato Casagrande**

(Diretrizes gerais)

Coligação Juntos para o Futuro

SUMÁRIO

Apresentação	3
Introdução	4
Condicionantes	6
Desafios e diretrizes gerais	8
Eixos estratégicos: políticas e programas	10
1. Consolidação institucional, eficiência da gestão pública e valorização do servidor	11
2. Responsabilidade fiscal e capacidade de investimento	13
3. Produção de conhecimento, inovação e desenvolvimento sustentável	15
4. Logística para o desenvolvimento sustentável	33
5. Atenção integral à saúde	36
6. Infraestrutura para assistência ao cidadão	40
7. Prevenção e redução da violência	44
8. Educação e valorização da cultura, do esporte e do lazer	53
9. Proteção social, empregabilidade e escolhas democráticas para o gasto público	57
10. Melhor distribuição dos frutos do progresso	64
Proposições para o equilíbrio regional	67

Apresentação

*Após quase um ano de debates, reflexões e seminários realizados nas diversas regiões do estado, além de reuniões temáticas com segmentos sociais e grupos técnicos, apresentamos a primeira versão do nosso Programa de Governo para o período 2011-2014. Esse esforço de consultas e discussões teve como base o diagnóstico e as diretrizes de longo prazo consolidados no documento **Espírito Santo 2025**, com o propósito de delimitar, em conjunto com a sociedade, as demandas, potencialidades e perspectivas para o desenvolvimento econômico e social do estado.*

O texto que apresentamos realiza, em larga medida, o propósito estabelecido. No entanto, por sua natureza e pela metodologia de participação social adotada em sua elaboração, não pode ser considerado um documento definitivo para ser colocado em prática pelos futuros gestores. Mesmo contendo os objetivos estratégicos e os programas propostos para a atuação do próximo Governo, continua aberto a contribuições da sociedade capixaba. Afinal, um dos objetivos centrais do debate eleitoral é a escolha de caminhos e alternativas que permitam ao Governo transformar os recursos públicos em melhorias concretas na qualidade de vida da população.

A meta geral é firmar novos patamares de desenvolvimento econômico e social no Espírito Santo. Mas os caminhos para cumprir esse objetivo passam pelo detalhamento, adequação e eventual ampliação dos programas e projetos em torno dos quais se estrutura este planejamento e que serão apresentados aos capixabas durante a campanha eleitoral.

Queremos registrar, desde logo, nosso agradecimento aos trabalhadores, empresários, técnicos, lideranças políticas e comunitárias, entidades de classe e demais organizações da sociedade, que participaram dos seminários ou encaminharam sugestões e contribuíram com ideias, opiniões e propostas para a elaboração deste plano. Sentimos não poder nominá-los, dada a extensão da lista. Mas registramos aqui a nossa gratidão pela relevante colaboração de todos na construção de um projeto que busca o aprimoramento da atuação política e da administração pública em nosso estado.

Por último, desejamos deixar claro que este documento reafirma nosso compromisso com a promoção de um desenvolvimento socialmente justo e regionalmente equilibrado no Espírito Santo. Compromisso firmado pela Coligação Juntos para o Futuro com todo o povo capixaba.

Vitória, Julho de 2010.

Renato Casagrande

Introdução

O Espírito Santo emergiu muito recentemente de grave crise política e institucional, que gerava vários obstáculos ao seu desenvolvimento, com danos para a qualidade de vida da população. Liderada pelo governador Paulo Hartung, uma ampla coesão de forças políticas teve presença marcante nas eleições de 2002, logrando êxito em sua proposta de ruptura com os modelos vigentes. Vitoriosa nas urnas, implementou o seu projeto de um novo Espírito Santo. Concluído esse ciclo político e administrativo, novamente se estabelece um importante arranjo de forças voltado para a consolidação do Espírito Santo como espaço desenvolvido, além de modelo de práticas políticas e gerenciais compatíveis com as demandas de uma sociedade moderna e democrática. É com este propósito que se organizou a “Coligação Juntos para o Futuro”, cujo desenho de partidos que a integram se estabeleceu com base nos princípios da democracia e da igualdade social. Valores que contêm, implicitamente, muitos elementos orientadores da atuação de seus membros, cabendo destacar a defesa incondicional dos princípios da democracia, da participação das comunidades nas escolhas de prioridades para o gasto público, a defesa dos direitos do cidadão e a valorização do trabalhador, entre outros.

É por esses valores que a “Coligação Juntos para o Futuro” se mobiliza para apresentar-se ao povo capixaba como candidata a liderar um novo período do nosso progresso. Para tanto, sentiu-se na responsabilidade de elaborar, em debates com toda a sociedade capixaba, propostas para o nosso desenvolvimento nos próximos anos que iniciam a segunda década do século XXI. Um período histórico que terá significado muito particular.

Iniciamos este século mergulhados e constrangidos por enraizada crise institucional. Comportamentos de ordem moral envolviam segmentos de importantes instâncias decisórias, comprometendo a normalidade das decisões políticas e a eficiência dos gastos públicos, levando aos vários anos de ausência de investimentos próprios do estado, quer na construção dos novos padrões do desenvolvimento sustentável, quer nos investimentos relacionados à proteção das minorias empobrecidas.

O processo eleitoral de 2002 permitiu a posse de um governante comprometido com valores distintos daqueles prevalecentes à época. A missão operacional definida para aquele período de governo era explícita: tornar o Governo estadual agente central da reconstrução das instituições, direcionado por valores éticos afirmativos e compatíveis com as demandas sociais e características do atual período da história mundial.

Hoje é possível dizer que o discurso da reconstrução institucional, norteador dos últimos dois períodos de governo estadual, alcançou pleno êxito. Mais do que isso, avançou na reorganização dos gastos públicos, reintroduziu o planejamento e o investimento necessários ao desenvolvimento social e

econômico. No entanto, e lamentavelmente, a dinâmica social nem sempre é favorável às ações realizadas em curtos momentos da história. A atividade transformadora exige prazo longo para se consolidar. Em paralelo, a velocidade das mudanças nos sistemas produtivos regionais requer a introdução de novos temas que sejam motivadores e integradores das políticas de governo no plano estadual. O próximo período de governo, necessariamente, deverá levar em conta essa realidade na formulação de suas políticas.

Agora, nossa perspectiva é conduzir a transição da sociedade capixaba para a era do conhecimento, com justiça social e sustentabilidade. Formação de recursos humanos, desenvolvimento tecnológico, inovação, tecnologias aplicadas à melhoria dos serviços públicos e ao aumento da competitividade das empresas estarão em posição central durante a execução de nossas ações.

Essa foi a visão que presidiu a elaboração do presente documento. Para a sua construção, foi utilizado um conjunto de dados coletados nos bancos do IBGE, Instituto Jones dos Santos Neves, o documento ES 2025 e, principalmente, os subsídios gerados pelos seminários regionais e setoriais organizados pela Fundação Mangabeira, além de outras sugestões recebidas. Foram realizados cinco seminários regionais e quatro setoriais: saúde, educação, segurança e meio ambiente. Nos eventos regionais, as oficinas foram organizadas em torno de quatro eixos básicos: Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente e Governança. Aproveitou-se o máximo do material disponível. Mesmo assim, muitas sugestões e subsídios tiveram que ser reservados para fase posterior de detalhamento dos projetos que decorrerão do presente plano.

Condicionantes

A gestão das políticas estaduais nos próximos anos encontrará um ambiente bastante favorável para avanços significativos no desenvolvimento sustentável, aproximando as condições gerais de vida da população capixaba daquelas verificadas nas regiões mais avançadas do país. Essa assertiva apoia-se em diversas constatações que caracterizam o Espírito Santo neste final de década:

- Cenário macroeconômico prevalecente no país bastante favorável à continuidade do crescimento do PIB e com estabilidade política;
- Os investimentos previstos e em realização apontam para uma expansão em taxas elevadas dos ramos predominantes da economia local, permitindo prever importante crescimento do emprego e da renda, no espaço estadual. Vale lembrar os projetos de implantação de novas siderurgias e campos de exploração de petróleo, bem como o esforço de integração, modernização e diversificação da agricultura e da pequena e média indústria de base local;
- Os investimentos anunciados na expansão e melhoria da infraestrutura, como novo aeroporto, portos (dragagem, ampliação de píer e novo porto) ferrovias, duplicação de estradas, bem como melhoria da rede de estradas estaduais;
- As perspectivas de crescimento das receitas estaduais, em ambiente de contas públicas já ajustadas e que mostram capacidade de investimento bem acima dos níveis históricos realizados pelo Governo estadual;
- O legado de uma estrutura de Governo que apresenta avanços importantes de modernização e de melhoria dos níveis de eficiência da administração pública, cabendo citar a carteira de projetos bem articulada a partir do planejamento de longo prazo;
- O subsídio valioso de planejamento de longo prazo instituído em colaboração com vários atores sociais e expresso no documento ES 2025;

Todavia, ainda há muito por fazer em áreas cruciais para o desenvolvimento sustentável ou para os padrões contemporâneos de qualidade de vida e inclusão social, para as quais apresentam-se os seguintes destaques:

- O Espírito Santo, levando em conta a região em que se inclui, atrasou-se na capacitação de suas instituições e de sua população economicamente ativa com vistas a internalizar a produção de bens de maior valor agregado, geradora de empregos de níveis mais elevados de salários. Fato que

coloca em risco sua estabilidade de crescimento futuro. É imprescindível a realização dos investimentos necessários ao suporte de uma trajetória de inclusão ou expansão dos segmentos característicos da economia do conhecimento, bem como a criação de mecanismos que permitam ao estado produzir a tecnologia necessária à inovação nos segmentos já existentes;

- Os investimentos de grande porte que escolheram o Espírito Santo como melhor localização concentraram-se no entorno de Vitória, com ligeira tendência de expansão para fora dessa microrregião, mas mantendo a concentração no litoral central e sul. Assim, a concentração geográfica e pessoal da renda continua como um problema merecedor das políticas de Governo;
- Os indicadores de violência ainda se mantêm em níveis inadequados para o estágio de qualidade de vida desejável;
- A oferta de vagas no ensino público de nível médio e superior ainda é insuficiente para o atendimento de toda a população. Além disso, os indicadores de qualidade do ensino persistem abaixo dos padrões almejados;
- Em vários municípios e em várias especialidades médicas, as filas de espera para atendimento ainda se estendem por meses;
- Saneamento, tratamento do lixo, gestão dos recursos hídricos e das coberturas vegetais, bem como a problemática das mudanças climáticas ainda exigem planejamento e investimentos significativos.
- É necessário ampliar os investimentos em capital social básico, valendo citar centros de atendimento ao cidadão, hospitais, infraestrutura para transporte e mobilidade urbana, acesso à rede mundial de computadores, centros de prevenção e tratamento do uso abusivo de álcool e drogas.

Desafios e diretrizes gerais

O próximo governante, para o período 2011-2014, certamente poderá apoiar-se em grande medida no esforço de planejamento já realizado. Contudo, precisa estabelecer com clareza os fundamentos que nortearão a continuidade dos projetos e das linhas de ação previstas no ES 2025. Eventuais ajustes à orientação política da época, atualização para o cenário atual e adaptação das metas a um período de quatro anos de Governo são tarefas que certamente se imporão.

Definiu-se como meta-síntese das ações governamentais do período 2011-2014 a de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população capixaba, com responsabilidade ambiental. Assim, o grande e primeiro desafio será trabalhar para que as ações públicas – hoje cada vez mais articuladas e conjugadas entre União, Estados e Municípios – sejam conduzidas para que a prosperidade econômica sustentável atinja de modo equilibrado a todas as regiões do estado, incorporando parcelas progressivas da população ao trabalho produtivo e às condições condignas de existência.

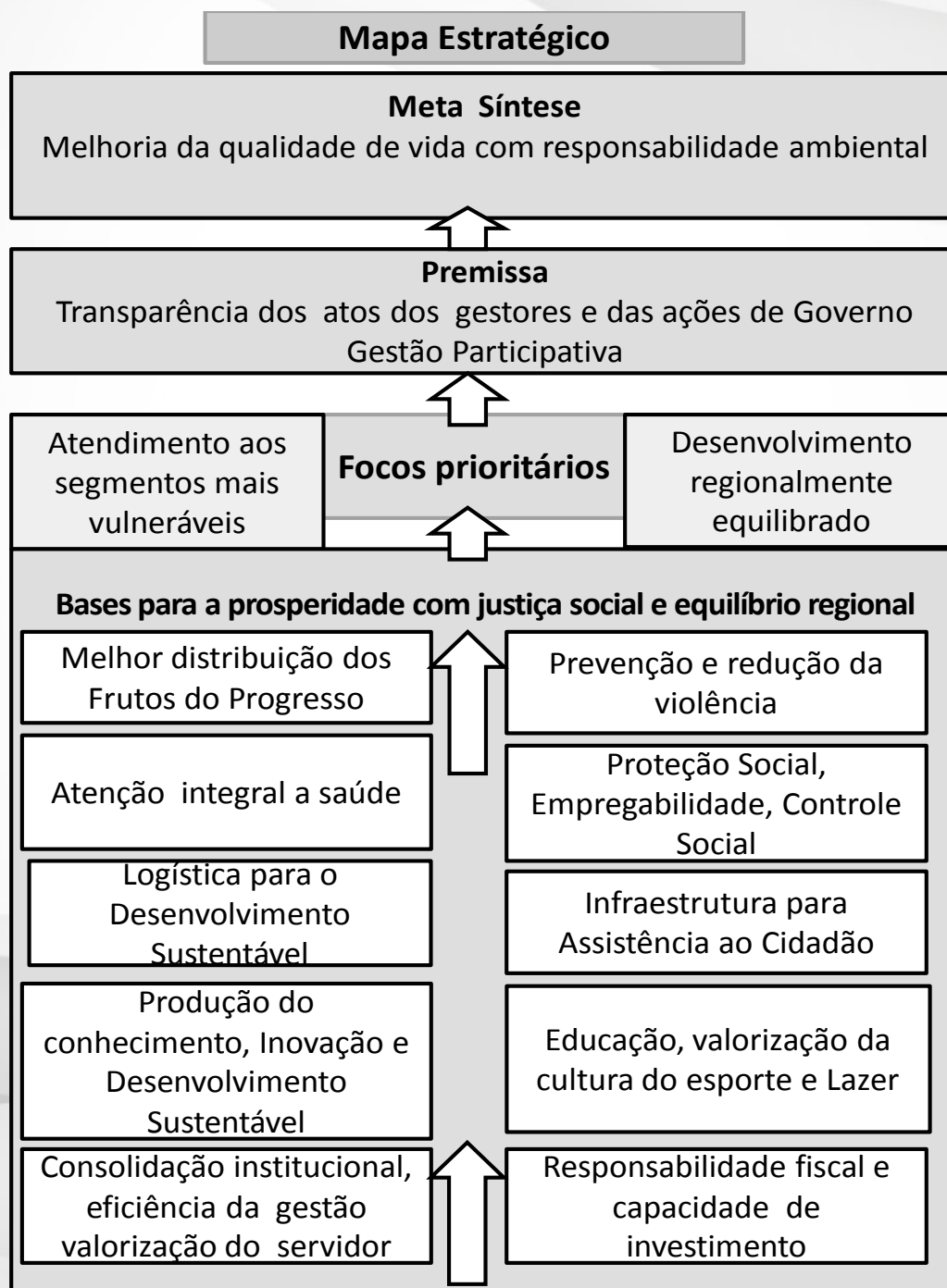
Outra premissa fundamental para os agentes comprometidos com este plano de Governo refere-se à transparência dos atos dos gestores públicos e controle social das ações de Governo. Investimentos em mecanismos de acesso popular aos atos governamentais e a constituição de espaços democráticos para sugestões e críticas serão considerados prioritários para todos os órgãos e setores da administração estadual.

Completa este painel de princípios fundadores do plano a orientação para dois focos prioritários: o atendimento aos extratos mais vulneráveis da população e a correção das desigualdades regionais.

Os subsídios colhidos nos documentos existentes – principalmente ES-2025 – e, mais recentemente, nos seminários regionais realizados pela Fundação Mangabeira - compulsados na perspectiva de alcançar a prosperidade com justiça social e maior equilíbrio regional, orientaram a elaboração do mapa estratégico que deverá organizar a proposição de políticas, programas e projetos, conforme descrito a seguir. Os elementos do mapa estratégico são:

1. Consolidação Institucional, Eficiência da Gestão Pública e Valorização do Servidor
2. Responsabilidade Fiscal e Capacidade de Investimento
3. Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento Sustentável
4. Logística para o Desenvolvimento Sustentável
5. Atenção Integral à Saúde

6. Infraestrutura para Assistência ao Cidadão
7. Prevenção e Redução da Violência
8. Educação e Valorização da Cultura, do Esporte e do Lazer
9. Proteção Social, Empregabilidade e Controle Social
10. Melhor Distribuição dos Frutos do Progresso



Eixos estratégicos: políticas e programas

As políticas, programas e projetos das diversas áreas de atuação se organizarão sob o comando das diretrizes gerais acima explicitadas. Os próximos capítulos apresentam os contornos gerais orientadores da formulação das políticas e programas operacionais que agora são submetidos à avaliação. Portanto, trata-se de indicações para o debate e visão das linhas propositivas para as principais áreas de influência do setor público estadual, das quais se destacam a promoção do desenvolvimento sustentável (crescimento de emprego, produção do conhecimento, formação de recursos humanos), a área social (saúde, segurança, inclusão social, combate às desigualdades etc.) e ambiental.



1. Consolidação Institucional, Eficiência da Gestão

Não há dúvidas de que dentre as conquistas do governo estadual, nos últimos anos, destaca-se a mobilização para reconstrução das instituições públicas, com o revigoramento de princípios éticos na condução dos negócios, pertinentes ao setor público. Esse comportamento deve ser mantido e preservado buscando consolidar uma cultura marcada pela visão do público como bem coletivo, e não como passível de uso para benefícios de interesses privados ou individuais.

A despeito dos avanços dos últimos anos, a busca pela eficiência na administração pública deve ser uma constante. O esforço de mudança da cultura do controle burocrático para um monitoramento de resultados ainda tem um longo caminho a percorrer. A otimização do custeio e a adaptação de estrutura ao plano a executar serão fundamentais para que o Estado possa cumprir o papel de gestor de um volume considerável de investimentos, que serão requeridos para viabilizar as previsões de crescimento e atender às demandas sociais para os próximos anos.

Tais pretensões requerem um amplo programa de profissionalização da gestão pública, valorização dos servidores, mediante capacitação, definição de carreiras e remuneração compatível com aquela praticada pelo mercado. Por último e muito importante, cabe mencionar que se insere neste subconjunto programático, os projetos voltados para explorar os mecanismos disponíveis de mídias eletrônicas e tradicionais, fóruns e outros espaços que estimulam o debate democrático com o objetivo de oferecer o máximo de transparência para os atos da administração. A organização de serviços de ouvidoria, nos principais órgãos públicos, completará o conjunto de projetos destinados a proporcionar facilidades de acompanhamento pela população dos atos de governo.



2. Responsabilidade Fiscal e Capacidade de Investimento

Um longo período de baixos investimentos do Governo Estadual levou a muitas deficiências em vários setores que ainda não foram totalmente superadas, mesmo com a recuperação da capacidade de investimentos, a partir de 2003. Além disso, deve-se considerar as demandas necessárias para alcançar a taxa de crescimento requerida para reduzir as diferenças de níveis de desenvolvimento existentes, especialmente em relação às regiões sul e sudeste do país.

Os ajustes já realizados nas finanças estaduais, ao lado da estabilidade macroeconômica, com previsão de continuidade no Brasil, permitem estabelecer meta mínima de investimentos, a partir de 2011, da ordem de R\$1 bilhão. Levando-se em conta que a capacidade de investimento está diretamente relacionada com a possibilidade de realizar poupança, essa meta pressupõe o compromisso com a austeridade a ser adotada em relação ao custeio da máquina de governo. Assim, o próximo governo deve estar comprometido com a eficiência do setor público, tanto no que diz respeito à otimização dos gastos correntes quanto na construção de mecanismos mais ágeis, que permitam realizar o volume de investimentos necessários. Pelo lado da receita, é necessário manter adequada a máquina de arrecadação de modo a evitar as sonegações e garantir o crescimento das receitas de forma compatível com o crescimento do PIB, porém, sem permitir aumento da carga tributária.



3. Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento Sustentável

A execução de uma política de desenvolvimento sustentável requer uma visão holística das dimensões que o integram. A dimensão social, pela sua importância, está formulada em outros itens deste plano. Neste objetivo estratégico serão incluídos os programas e projetos com alvo na produção do conhecimento necessário ao desenvolvimento ambientalmente responsável, bem como as políticas relacionadas à promoção das atividades geradoras de emprego e renda.

O desenvolvimento mundial, neste século, crescentemente se apoia na incorporação do conhecimento como fonte de geração de novos produtos e serviços. A inovação se destaca como principal elemento gerador de competitividade e de novos negócios. Assim, os espaços geográficos onde se encontram importantes instituições geradoras de conhecimento e recursos humanos altamente qualificados, tornam-se também atraentes para empreendimentos caracterizados pela alta agregação de valores. A inovação é um processo social e o Setor Público tem uma função determinante na introdução dessa cultura. Isso é particularmente relevante para o Espírito Santo, dado o seu atraso relativo neste campo e o fato de, atualmente, sua economia ser muito dependente da produção de commodities. A inclusão de novos sistemas de produção, capazes de reduzir a dependência da economia estadual do mercado internacional, incluir vários espaços e camadas sociais hoje à margem dos benefícios do progresso, requer investimentos em infraestrutura e em recursos humanos visando à construção de uma rede eficiente de ciência, tecnologia e inovação.

As principais linhas programáticas para esta área são apresentadas as seguir:

Infraestrutura para C,T&I

Investimentos em Institutos de Pesquisa e atração de Campi de Institutos Federais e outros de Tecnologia (INT, ITI etc.)

O Espírito Santo não dispõe de organismos prestadores de serviços tecnológicos, o que leva a não disponibilidade de pessoal trabalhando localmente para a interação com empresas no desenvolvimento de novos negócios e à inexistência de Tecnologia Industrial Básica.

Dotar as escolas médias de laboratórios de ciências que permitam a aplicação das teorias e a melhoria da capacidade de aprendizado.

A experimentação real das teorias não só facilita o entendimento do que está sendo ensinado, como estimula a criação de novas aplicações.

Investimentos no ensino profissional para gerar competências locais nas áreas prioritárias do estado.

As lacunas de qualificação dos recursos humanos existentes no ES e a baixa oferta de vagas de cursos nas áreas tecnológicas (técnico, tecnólogo e superior) estão dissociadas do potencial de desenvolvimento do

estado do ES. Nesse sentido, cabe ao estado suprir essa lacuna com a oferta de cursos presenciais e a distância.

Formação de Recursos Humanos para C,T&I

Ampliar a formação de pessoal técnico de nível médio para atender às demandas estratégicas do estado.

Ampliar a formação de pessoal de nível superior, devendo o Governo Estadual ser ativo neste nível de ensino para corrigir distorções que entravam o desenvolvimento do estado.

A oferta de vagas em instituições públicas é das menores do país em termos relativos à população. Como a maioria da população não pode pagar mensalidade, a solução no Brasil, especialmente no ES, passa pela maior oferta de ensino público.

Ampliar a formação de pessoal pós-graduado.

O Governo Estadual deve ser mais ativo neste campo apoiando as instituições que têm condições para oferta de mestrado e doutorado, além de buscar oferta de cursos em áreas que podem ser estratégicas para o seu desenvolvimento.

Fomentar a formação de pesquisadores e profissionais em programas de mestrado e doutorado em áreas específicas de tecnologia, tais como engenharias, propriedade intelectual e tecnologias aplicadas.

É importante a formação de pesquisadores e profissionais em campos multidisciplinares, uma vez que a demanda por experts está acentuada. A ampliação do apoio aos programas de mestrado e doutorado em áreas de C,T&I e, diretamente, aos novos pesquisadores, trará um aumento quantitativo e qualitativo desses profissionais. Esse apoio poderá ser com recursos de capital ou custeio de acordo com as necessidades. Especificamente, é relevante a formação de profissionais que possam oferecer vantagem competitiva aos segmentos econômicos mais relevantes do ES.

Ambiente de Inovação

Implantação da Lei Estadual de Inovação

O estímulo à inovação no ES depende de fontes de financiamento mais efetivas para viabilizar o desenvolvimento de empresas de base tecnológica que possam gerar empregos de alto conhecimento para a pós-graduação e aumentar a competitividade tecnológica. Fundos de capital de risco e incentivos fiscais são alternativas indicadas e que podem ser criados pela Lei de Inovação.

Apoiar o financiamento de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) e pesquisas de mercado para projetos inovadores com elevada expectativa de incubação com ganhos futuros de competitividade.

Os empreendedores de empresas nascentes dificilmente contam com recursos suficientes para a execução de EVTEs com a profundidade necessária. A existência de EVTEs qualificados para empreendimentos

inovadores melhoraria, sobretudo, a avaliação das bancas de incubação, elevando ainda mais os resultados das incubadoras. Para a liberação dos recursos, seria necessária a formalização do processo por meio de uma incubadora de base tecnológica.

Incentivar a criação de laboratórios de pesquisa e desenvolvimento no setor produtivo.

Para se obter um ambiente propício à inovação, é necessário que haja um incentivo ao ambiente de pesquisa no setor produtivo. A pesquisa pode ser feita tanto em empresas isoladas quanto em consórcio para soluções mais complexas.

Estimular a cooperação universidade-empresa de forma a transformar o estoque de conhecimento intramuros em riqueza para a sociedade

Diante de uma maior competitividade no mundo atual, o setor produtivo capixaba necessita transformar a pesquisa tecnológica em produto para alcançar inovação, ou seja, transformar conhecimento em riqueza. O propósito dessa ação é diminuir ou extinguir os fatores que dificultam a comunicação entre segmento empresarial e pesquisadores.

Expandir o programa de extensão tecnológica para micro, pequenas e médias empresas industriais

A extensão tecnológica tem um forte potencial para contribuir para a remoção de gargalos tecnológicos, melhorando a competitividade da empresa, bem como estimular a absorção da cultura da inovação.

Apoiar projetos de difusão tecnológica: treinamento de pessoal para consultoria tecnológica, organização e dinamização de centros setoriais de tecnologia, veículos especializados de divulgação de novas tecnologias, centros de informação.

Legislação com foco em C,T&I

Estimular por meio do poder de compra o uso de empresas locais na aquisição de produtos e serviços por parte do Estado

Alguns Estados, a exemplo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Pernambuco tratam com enorme carinho a indústria local que gera novas tecnologias. Todos os pregões anunciados em jornal são presenciais, o que facilita as empresas locais em quaisquer pleitos. Ser local também pontua. O uso dos recursos gerados pelos impostos pagos pelas empresas locais na aquisição de bens de empresas daqui gera um ciclo virtuoso que estimula o investimento e a melhoria contínua da estrutura industrial e tecnológica.

Geração de encomendas tecnológicas por parte do governo utilizando os editais de Ciência, Tecnologia e Inovação

O uso de editais para o atendimento de encomendas tecnológicas por parte do governo estimula a robustez da estrutura de C,T&I local, favorecendo o crescimento das empresas locais e gerando oportunidades de trabalho qualificado e renda.

Criar um grupo de apoio jurídico-econômico para estudo das leis de C,T&I com o objetivo de indicar procedimentos legais mais ágeis para o uso de recursos governamentais em pesquisa e inovação tanto nas instituições acadêmicas quanto no setor produtivo e propor projetos de lei, alterações em lei e novas normas que tenham como foco C,T&I.

O grande entrave hoje na legislação de C,T&I é a falta de instrumentos e instituições que executem de forma ágil e competitiva a inovação tecnológica. A legislação federal impõe, com o intuito de combater o mau uso dos recursos públicos, tantas particularidades para o uso de recursos governamentais na iniciativa privada que acaba por corroer o objetivo da Lei de Inovação. Dessa forma, é importante como primeiro passo estudar viabilidades legais existentes para procedimentos de apoio à inovação e propor alterações nas leis existentes.

Sustentabilidade e Inclusão

Manutenção do Programa NOSSABOLSA como uma iniciativa de inclusão social voltada a alunos da rede pública de ensino.

Muito embora o curso superior não seja o único caminho para almejar sucesso profissional, ele pode ser um mecanismo de inclusão cidadã, permitindo que jovens com baixa perspectiva de crescimento intelectual possam frequentar uma faculdade.

Implantação de um plano estadual de banda larga.

Um dos grandes desafios da sociedade moderna é democratizar o acesso à informação. O advento da internet, redes sociais e das TIC, de um modo geral, trouxe muitos benefícios para a sociedade, mas também desafios. Nesse sentido, torna-se necessária uma ação do governo para democratizar o acesso às redes de alta velocidade.

Estimular a adoção de tecnologias limpas por parte das empresas que atuam no espírito santo.

A sustentabilidade perpassa diversas dimensões. O crescimento da economia coloca vários desafios de modo a garantir as condições sustentáveis para as gerações futuras. Assim, o governo do estado pode atuar com um importante indutor para que empresas locais adotem e desenvolvam tecnologias limpas.

Estimular o desenvolvimento de tecnologias aplicáveis à melhoria do atendimento na saúde, à melhoria da qualidade na educação, ao entendimento do fenômeno da violência, a ampliação da abrangência dos direitos humanos e da eficiência da gestão pública.

Apoiar a difusão de tecnologias apropriadas com o objetivo de geração de emprego e renda.

Política para o Meio Ambiente

Se, por um lado, o progresso e o crescimento econômico trazem melhorias para o conforto e qualidade de vida das pessoas, a intensificação do uso de recursos naturais (solo, água, ar, florestas e demais ecossistemas) já introduziu preocupações em âmbito global, especialmente em relação às problemáticas que se expressam por intermédio das mudanças do clima. Os investimentos em tecnologias e em infraestrutura adequada, bem como a regulação e a difusão de conhecimentos especializados para escolhas de processos produtivos e comportamentos de consumo compatíveis com a recuperação e conservação dos recursos naturais, é uma orientação estratégica da gestão pública no presente.

Além das ações dos órgãos com responsabilidades nesse campo, todos os demais órgãos e programas de governo deverão incorporar a cultura do desenvolvimento sustentável como valor estratégico das respectivas missões. O Governo deve ser organizado para se mostrar como modelo de uso dos recursos de forma ambientalmente responsável.

A experiência universal já demonstrou a importância para a qualidade de vida, presente e futura, de uma nova postura da sociedade e das instituições públicas e privadas em relação ao meio ambiente. Dessa forma, a questão ambiental deve ser uma preocupação presente em todas as políticas de governo. Os aspectos de regulamentação e fiscalização são os únicos que devem estar centralizados em apenas um órgão, ou secretaria.

O sistema de gestão ambiental do Espírito Santo deve prever um arranjo institucional inteligente, que tenha condições estruturais de conduzir de forma ágil e eficaz agendas de grandes eixos temáticos como: atividades potencialmente poluidoras e degradadoras (agenda marrom), gestão e infraestrutura hídrica (agenda azul), gestão florestal (agenda verde) e mudanças climáticas. A política deve ser orientada para uma gestão técnica, com inovações, participativa, com adoção de parcerias com os diversos entes do sistema, dentre eles, principalmente os municípios.

Uma indicação preliminar de política ambiental é a de estimular para que todos os setores do governo se orientem pela visão da sustentabilidade e tenham, de acordo com a competência e especialidade de cada um, algum projeto relacionado à preservação ou recuperação do meio ambiente. Seguem algumas anotações para posteriores desenvolvimentos:

1. Agricultura: Programas relacionados com orientação para o manejo adequado do solo, de uso de produtos químicos, reflorestamento, preservação de remanescentes verdes, cursos de água, estradas internas etc. Sugere-se, ainda, que esse programa tenha abordagem integrada e execução orientada para trabalhar a partir das micro-bacias hidrográficas;

2. Indústria: A agência de desenvolvimento deve incluir em sua metodologia de avaliação da concessão de apoio, a análise do tratamento dado em cada unidade das questões ambientais (tratamento de efluentes, resíduos industriais, etc.). Além disso, deve ter programa de apoio a projetos que visam o reaproveitamento de resíduos industriais, consultoria ambiental, equipamentos para controle ambiental, tratamento do lixo urbano, dentre outros;
3. Educação: atividades de orientação para preservação e recuperação do meio ambiente;
4. Infraestrutura: programas de saneamento; implementação e gerenciamento de obras hídricas; locação/adequação de estradas;
5. Desenvolvimento Local: as orientações para os programas de desenvolvimento microrregional deverão iniciar pela mobilização e programação de atividades a partir das sub-bacias hidrográficas, agregando, paulatinamente, as sub-bacias maiores até alcançar as margens dos grandes rios estaduais (Itapemirim, Jucu, Santa Maria). Para os grandes rios federais (Rio Doce, Itaúnas, Itabapoana) o objetivo será o de apresentar projeto ao governo federal, para juntamente com os estados vizinhos desenvolver as ações necessárias à recuperação e uso adequado dessas fontes para irrigação na agricultura e no abastecimento urbano.

As outras responsabilidades da política ambiental dizem respeito à regulamentação e fiscalização que serão exercidas com o propósito explícito de alcançar a preservação ambiental e elevados níveis de qualidade de vida, com crescimento econômico.

Seguem algumas indicações para a elaboração dos planos de trabalho:

1. Planejamento ambiental do estado por bacias hidrográficas;
2. Programa de ampliação da cobertura vegetal e recuperação de áreas degradadas, resgatando suas funções econômica e ambiental;
3. Plano de ampliação e aperfeiçoamento do Programa de Pagamento por Serviço Ambiental;
4. Despoluição das praias, rios e ecossistemas litorâneos;
5. Agilidade administrativa no licenciamento ambiental;
6. Gerenciamento de recursos hídricos;
7. Orientação e fiscalização ambiental com vistas à incorporação de técnicas de conservação ambiental aos processos produtivos diversos, levando-se em consideração as diferenciações agroclimáticas regionais.

8. Educação formal e informal
9. Programas de Reciclagem de Resíduos
10. Programa de qualificação e certificação para setores industriais, especialmente construção civil;

Políticas de Apoio aos Setores Produtivos

Na promoção do desenvolvimento das atividades geradoras de emprego e renda, o papel proposto para o governo, neste documento, se distancia tanto da visão passada de patrocinador de incentivos fiscais e, às vezes produtor de bens, quanto da visão mais liberal de que o mercado se encarrega sozinho de difundir o progresso. Na verdade, considera que o estímulo ao desenvolvimento não pode prescindir da presença do estado. Em outras palavras, o investimento, variável determinante do crescimento, requer um ambiente rico em externalidades para sua expansão ou localização, em certo espaço geográfico. Assim, os fatores de competitividade, externos à empresa, ganham destaque na definição dos fluxos de investimentos. A oferta de infraestrutura, o desenvolvimento dos recursos humanos, as condições adequadas para a capacitação tecnológica, boa qualidade de vida, dentre outros, são elementos fundamentais na construção de um ambiente favorável ao investimento e, cuja oferta, depende de uma presença qualificada do setor público.

Em consequência, as proposições sobre políticas de desenvolvimento enfatizarão a oferta de externalidades como o novo papel a ser desempenhado pelas políticas de desenvolvimento. Para cumprir essa função, tais políticas se constituem essencialmente em “locus” de planejamento e articulação das diversas instâncias de governo e entre o governo e a iniciativa privada.

Para ilustrar melhor tais proposições básicas, seguem algumas indicações das linhas programáticas a serem adotadas na formulação dos planos de trabalho. Antes, porém, cabe reafirmar o objetivo mais específico que orientará as propostas: Ampliar significativamente a capacidade de gerar novos empregos.

As circunstâncias locais exigem que este objetivo seja qualificado ou condicionado pelas seguintes questões:

- Desenvolvimento sustentável;
- Redução das desigualdades econômicas e sociais entre microrregiões;
- Inserção no espaço estadual de atividades dinâmicas em termos de potencial de crescimento;
- Expansão da base tributária do estado;

Para o alcance dos objetivos anunciados aqui, admitem-se as seguintes grandes linhas programáticas:

- Programa de desenvolvimento dos micro e pequenos empreendimentos e do cooperativismo
- Programas para o desenvolvimento da Agricultura e Pecuária
- Programa de desenvolvimento de novos ramos
- Programa relacionado à atração de investimentos novos

É importante, ainda, enfatizar que está implicitamente considerada na formulação dessas notas uma visão integrada das diversas políticas, com o propósito de orientá-las para os objetivos centrais do projeto de desenvolvimento, conforme acima anunciado. Isso significa ter consciência das múltiplas ações e variadas instituições públicas e privadas que deverão ser mobilizadas e comprometidas na finalização e execução das propostas, de acordo com o que foi estabelecido acima como diretriz básica.

Programas de desenvolvimento relacionados aos negócios locais

O objetivo específico deste programa será alavancar a produção de unidades já existentes, sejam do setor industrial, agrícola ou de serviços. Tendo em vista a preocupação com a geração de empregos e base tributária, é preciso ter claro que as atividades com impactos diretos na geração de impostos estaduais devem ser priorizadas. Isso significa, dada à institucionalidade tributária atual, que a produção para o mercado interno (produto final ou insumos) deve ser alvo de atenção especial. Em segundo lugar, têm importância as atividades com alto potencial de ter influência de forma indireta sobre a base tributária, como são aquelas geradoras de renda em alta proporção (ou que retêm renda no espaço local) e que podem influenciar o aumento do consumo local. Outra observação a ser considerada na elaboração deste programa, em qualquer dos casos, é a de estar voltado para o desenvolvimento de pequenas e médias unidades de produção já existentes.

Duas questões fundamentais serão consideradas nas sugestões que seguem: 1) o objetivo a ser alcançado por este programa é o aumento das vendas nas atividades consideradas. Em outras palavras, o aumento de participação das empresas capixabas nos respectivos mercados nacionais e, em alguns casos, no mercado mundial. Isso exigirá aumento de produtividade, melhoria de qualidade, marketing etc. 2) a experiência recente demonstra que atividades constituídas por pequenas e médias empresas conseguem aumentar eficiência e maior participação no mercado quando organizadas em aglomerações concentradas

geograficamente. Assim, as políticas devem conter instrumentos que estimulem a especialização dos espaços produtores (arranjos produtivos), excluindo situações particulares.

A definição deste programa comporta uma abordagem setorial e regionalizada. Tais detalhamentos foram deixados para os trabalhos posteriores de elaboração dos projetos executivos.

Agricultura e Pecuária

Os desafios para o setor

- ✓ Consolidar a visão regionalizada e os princípios da descentralização, integração e participação da sociedade no esforço de superação dos obstáculos;
- ✓ Consolidar e ampliar a sistemática de pagamentos por serviços ambientais, valorizando a ação dos produtores que estão mais comprometidos com a preservação e recuperação dos recursos naturais;
- ✓ Priorizar investimentos em logística, complementando os investimentos em energia elétrica, telefonia, moradias e na infraestrutura hídrica;
- ✓ Garantir a sintonia entre as políticas de desenvolvimento agropecuário e a recuperação e conservação dos recursos naturais, com intervenções diferenciadas regionalmente e por bacias hidrográficas;
- ✓ Incentivar e apoiar as unidades de base familiar, aí incluídos produtores rurais, pescadores, indígenas, quilombolas, respeitadas as suas características de pluriatividade e baixo custo direto de produção.
- ✓ Apoiar o desenvolvimento do capital humano, em especial, do jovem rural, assim como a capacitação dos produtores mais carentes para o acesso aos serviços sociais e às oportunidades de mercados, segundo as vocações regionais;
- ✓ Imprimir maior rigor na sistemática de seleção, acompanhamento técnico, avaliação e fiscalização das famílias assentadas no Estado;
- ✓ Desenvolver estudos de viabilidade técnico-econômica para identificar um local mais adequado para a construção e funcionamento de uma nova Unidade Central da CEASA/ES;
- ✓ Dedicar ao setor pesqueiro atenção devida, que lhe tem sido negada, de forma crônica, no atendimento às principais demandas do setor;
- ✓ Definir critérios técnicos e operacionais para a descentralização do apoio governamental aos Municípios e às diversas formas associativas dos produtores, a exemplo do repasse de mudas,

sementes, máquinas e equipamentos agrícolas, como forma a garantir um modelo sustentável de transferência de responsabilidades;

- ✓ Promover a disseminação do espírito empreendedor no seio da agricultura familiar;
- ✓ Estimular o associativismo, em suas diversas formas, para alcançar ganhos em valor e escala no âmbito da cadeia produtiva;
- ✓ Ampliar os serviços de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, em parceria com as instituições locais e representativas do setor, enfocando processos de gestão associativa e cooperada, boas práticas agrícolas e recuperação e conservação dos recursos naturais;
- ✓ Estimular a agregação de valor aos produtos agropecuários, melhorando a renda dos produtores rurais e suas famílias;
- ✓ Desenvolver um modelo de assistência técnica que priorize uma visão mais agroecológica e menos produtivista;
- ✓ Capacitar os técnicos das instituições públicas e, sobretudo, os agricultores familiares e jovens rurais, em aspectos de mercados e comercialização, com vistas a estimular a prática da compra de insumos e vendas coletivas dos produtos;
- ✓ Políticas e Estratégias para a Agropecuária e Abastecimento
- ✓ Além dos documentos utilizados como base deste Plano, utilizou-se também o “Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba- 2007/2025 - NOVO PEDEAG”, de Agosto/2008, para a formulação das indicações a seguir, de ações/estratégias, por atividades prioritárias, para o período de 2011/2014:

Cafeicultura

Café arábica

- ✓ Elevar a produtividade e qualidade dos cafés das montanhas, certificando-os e ampliando a oferta de mudas adaptáveis às diferentes regiões;
- ✓ Promover a capacitação técnica e a prestação de serviços diferenciados de assistência técnica e extensão rural, incorporando a lógica da recuperação, conservação do solo e uso dos recursos naturais, com boas práticas agrícolas;

Café Conilon

- ✓ Buscar maiores ganhos na qualidade do produto, mediante fortalecimento da pesquisa e assistência técnica junto aos cafeicultores;

- ✓ Incentivar e apoiar as iniciativas de industrialização e participação dos cafés solúvel, torrado e moído do Espírito Santo nos mercados nacional e internacional;

Pecuária Bovina de Leite e de Corte

- ✓ Priorizar apoios a programas que envolvam recuperação e manejo de pastagem, defesa animal, inspeção sanitária e melhoramento genético;
- ✓ Monitorar a política tributária incidente na cadeia produtiva do leite, visando a assegurar equalização no tratamento entre os Estados da Região Sudeste;
- ✓ Priorizar a consolidação do Programa de Abatedouros Regionalizados/Inspeccionados;

Silvicultura

- ✓ Expandir a silvicultura econômica, como alternativa de recuperação, conservação e uso dos recursos naturais;
- ✓ Buscar a disponibilidade e a diversificação de sementes e mudas, ampliando-se o leque de produtos e usos diferenciados dos cultivos florestais;
- ✓ Ampliar as ações de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, objetivando a adoção de estratégias diferenciadas para financiamento, recuperação e restauração da cobertura vegetal nativa.

Agroenergia

- ✓ Cana de Açúcar (Produção de Etanol): Apoiar as iniciativas público-privadas para o desenvolvimento de pesquisas e o suporte tecnológico à expansão da produção, incluindo capacitação e treinamento de mão de obra especializada;
- ✓ Biodiesel - Ampliar a realização de estudos e pesquisas de natureza tecnológica, econômica, ambiental e social, objetivando subsidiar as análises de viabilidade do Programa de Biodiesel no Espírito Santo;

Fruticultura

- ✓ Consolidar os polos de frutas visando o processamento industrial e o atendimento às demandas dos mercados, interno e externo;
- ✓ Estimular a formalização de contratos de fornecimento de frutas, especialmente entre produtores familiares e suas associações junto às indústrias de beneficiamento do produto.

Olericultura/Hortaliças

- ✓ Estruturar, nas zonas de concentração de produção, mercados expedidores dotados de serviços de apoio à comercialização, em especial, de uma eficiente rede de informação e análise;
- ✓ Fortalecer as organizações de agricultores familiares para viabilizar ganhos de escala, tanto na aquisição de insumos, quanto na comercialização da produção;
- ✓ Apoiar a consolidação de uma rede estadual de Mercados Atacadistas, constituído pela CEASA/ES e suas Unidades Regionais, Mercados dos Produtores, Associações e Cooperativas;

Atividades Rurais Não Agrícolas

- ✓ Divulgar as oportunidades turísticas das diferentes regiões do estado, de forma integrada com os valores da cultura, da pequena agroindústria, da culinária e do artesanato;
- ✓ Capacitar produtores, tanto em processos, quanto em produtos da agroindústria e do artesanato, em especial, estimulando o empreendedorismo nos negócios familiares ou associativos,
- ✓ Compatibilizar e simplificar as legislações sanitária, ambiental e tributária, ajustando-as à realidade das atividades rurais não agrícolas;

Sistemas Agroecológicos de Produção

- ✓ Ampliar o apoio aos sistemas agroecológicos de produção e consolidar o sistema de certificação da produção orgânica;
- ✓ Desenvolver pesquisas e incentivar a adoção de processos que incrementem a produção orgânica;

Pesca Oceânica, Aquicultura e Piscicultura

Pesca Oceânica:

- ✓ Melhorar as condições da navegação nas embocaduras dos rios e a infraestrutura de atracação, processamento e comercialização do pescado;
- ✓ Desenvolver programa de capacitação para pescadores artesanais e seus familiares, em pesca oceânica, especialmente no que se refere às técnicas, apetrechos e equipamentos;

Aquicultura e Piscicultura:

- ✓ Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias voltadas para águas marinhas em instituições estaduais, como o INCAPER, CCA/UFES, Instituto Federal do Espírito Santo/IFES/ex-CEFETES e Escolas Agrotécnicas Federais.

- ✓ Promover a melhoria das estruturas associativas existentes e viabilizar o melhor aproveitamento dos equipamentos e infraestruturas disponíveis no Estado, tanto para o cultivo em água doce quanto em águas marinhas;
- ✓ Ampliar a base laboratorial de produção de alevinos e pós-larvas, incluindo-se na cadeia produtiva um segmento especializado na produção de juvenis, com certificação;

Avicultura e Suinocultura

- ✓ Articular e promover, em parceria com a iniciativa privada, soluções definitivas para o problema de disponibilidade de insumos, sobretudo do milho, a preços competitivos;
- ✓ Apoiar a ampliação da base agroindustrial, através da adequação às demandas setoriais, da conquista de novos mercados, da ampliação de crédito e, especialmente, dos ajustamentos à legislação ambiental.

Cacau

- ✓ Avançar nas articulações envolvendo as instituições federal/CEPLAC, estaduais/Incaper e IDAF, municipais e entidades representativas dos produtores rurais, especialmente para consolidar o Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira;
- ✓ Adequar linhas de crédito rural específicas e apoiar pesquisas em tecnologias de manejo das lavouras, a partir da recomposição do quadro de pessoal técnico especializado.

Floricultura

- ✓ Viabilizar crédito para consolidar polos de flores e plantas ornamentais, voltados para uma oferta diversificada de produtos como sementes, bulbos, flores, mudas e substratos;

Pimenta do Reino e Especiarias

- ✓ Priorizar a criação do Polo de Pimenta e Condimentos na região norte;
- ✓ Consolidar o Programa Estadual de Pipericultura, com destaque para a retomada dos trabalhos em Pesquisa, assistência técnica e extensão rural, bem como na garantia da oferta adequada de crédito aos produtores;
- ✓ Conservação e Recuperação da Mata Atlântica
- ✓ Contribuir para a ampliação da cobertura florestal das diversas regiões, adotando-se sistemas agroflorestais (SAFs).
- ✓ Apoiar a implantação, em parceria com os municípios e organizações da sociedade civil, de viveiros de mudas de essências nativas e oferta de sementes;

- ✓ Construir um programa público-privado, em conjunto com os principais setores do agronegócio, visando à ampliação significativa da cobertura florestal com espécies nativas;
- ✓ Fomentar a criação de unidades de conservação privadas e públicas;

Adequação Ambiental no Meio Rural

- ✓ Manter e conservar a Mata Atlântica das diversas regiões do Estado, através da adequação ambiental e da adoção de “boas práticas agrícolas” em todas as atividades produtivas do setor agropecuário e florestal;
- ✓ Apoiar a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de irrigação de alta eficiência, em substituição gradual dos sistemas atuais;
- ✓ Priorizar, como condicionante dos licenciamentos ambientais e florestais para ampliação de áreas de projetos agropecuários (silvicultura e etanol) e extração mineral de grande impacto, a implantação e a manutenção de viveiros florestais como elementos de sustentação de programa de reflorestamento.

Desenvolvimento Agrário - Política Agrária e Crédito Fundiário

- ✓ Acelerar os procedimentos de regularização de terras devolutas para pequenos posseiros;
- ✓ Dar continuidade ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF);
- ✓ Implementar, em parceria com os municípios, programa específico de desenvolvimentos humano e social destinado aos assentamentos e aos segmentos da agricultura familiar tradicional.

Infraestrutura no Meio Rural

Estradas Rurais

- ✓ Intensificar o programa “Caminhos do Campo”, em parceria com os municípios;
- ✓ Articular com o DER e o DNIT a realização de investimentos prioritários em rodovias que favoreçam a integração regional, em especial aquelas que contemplam as regiões interioranas do Caparaó, Central-Serrana, Polo Colatina e Noroeste, integrando-as às regiões litorâneas.

Eletrificação no Meio Rural

- ✓ Intensificar o “Programa Luz Para Todos”, em parceria com o Governo federal e concessionárias.

Telecomunicações no Meio Rural

- ✓ Implantar o Programa de Inclusão Digital no Meio Rural;

- ✓ Articular e estabelecer parcerias com as concessionárias de serviços de telefonia fixa e móvel para a implantação de programas de acesso aos serviços de telecomunicações e internet nas localidades e comunidades mais carentes de infraestrutura.

Habitação Rural

- ✓ Aprimorar e ampliar o Programa de Habitação Rural, em parceria com o Governo Federal, Caixa Econômica Federal, Estado, Municípios e organizações formais de agricultores;
- ✓ Ampliar o processo de capacitação de mão-de-obra das famílias beneficiárias, nas fases de pré-planejamento, construção e pós-construção;

Comercialização e Mercados

- ✓ Apoiar melhorias na infraestrutura e na logística física e operacional dos entrepostos de comercialização;
- ✓ Estruturar um sistema de informação e orientação técnica de mercado, em rede e “online”, integrando os principais mercados atacadistas com unidades descentralizadas nas áreas de maior concentração de produção;
- ✓ Aperfeiçoar os procedimentos de análise e monitoramento do uso de agrotóxicos, com vistas a orientar melhor o uso em defesa da saúde do trabalhador e dos consumidores de produtos hortigranjeiros;

Crédito Rural

- ✓ Estabelecer Grupo Gestor da política de crédito rural no Estado, para promover as adequações necessárias ao financiamento das atividades agropecuárias e os ajustes necessários para a adequação ambiental;
- ✓ Disponibilizar linhas de crédito diferenciadas, visando incentivar a adoção de boas práticas agrícolas e cultivos protegidos;
- ✓ Dar continuidade, com maior amplitude e qualidade, aos treinamentos de técnicos em elaboração e acompanhamento de projetos, envolvendo o poder local, as instituições privadas e os profissionais liberais.

Agricultura Familiar

- ✓ Priorizar, nos planos regionais e municipais de desenvolvimento rural sustentável, a adequação das ações de integração com o mercado, respeitando a pluriatividade característica dos produtores de base familiar;

- ✓ Ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural, capacitando os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, apoiando o fortalecimento das secretarias municipais de agricultura e as parcerias com as organizações locais da sociedade civil;
- ✓ Formular programas específicos de assistência técnica e extensão rural, para os produtores não inseridos na lógica de mercado, em especial as populações tradicionais, os segmentos mais pobres e os assentados da reforma agrária e do crédito fundiário;
- ✓ Delegar competência ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF) os procedimentos de licenciamentos de natureza ambiental, de pequeno impacto, na agricultura familiar;
- ✓ Adequar os valores das taxas e custos dos serviços de medição e demarcação de terras para os pequenos posseiros, nos processos de regularização fundiária;
- ✓ Formar gestores locais e definir subvenção estatal transitória para disponibilização desses profissionais na estruturação e fortalecimento da gestão de associações formais de produtores.

Programas de desenvolvimento relacionados a novos ramos

Como já foi antes delineado, a estrutura produtiva do Espírito Santo é frágil e concentrada em ramos tradicionais, cuja perspectiva de taxa de crescimento dificilmente dará conta de gerar os empregos e impostos necessários ao objetivo de reduzir as diferenças econômicas e sociais em relação às regiões mais adiantadas. Por essa razão, cabe um esforço planejado de desenvolver novos ramos de negócios que possam constituir-se em polo de desenvolvimento e reduzir a dependência das commodities.

A proposta aqui é desenvolver uma estratégia para a inserção em uma indústria com possibilidades dinâmicas de crescimento no plano mundial. Nesse caso, o programa deve ser amplo e de longo prazo, planejando e apoiando desde a instalação de base local de pesquisa e desenvolvimento, formação de recursos humanos, atendimento de serviços públicos e infraestrutura particulares que venham a ser requeridos.

Programas relacionados à atração de investimentos novos

Neste programa, três linhas de ação podem ser relacionadas:

1. O de explorar o potencial para novos negócios derivados dos grandes investimentos em siderurgia, celulose, petróleo e gás natural, portos e novos eixos ferroviários;

Nesse caso, cabe intensificar estudos sobre a matriz de insumos, produtos finais, fluxos de mercadorias e serviços que gravitam ou gravitarão em torno desses investimentos, de forma a identificar oportunidades para atrair novos negócios para o estado ou ampliar a participação das empresas capixabas no fornecimento para tais projetos.

2. Manter acompanhamento dos grandes fluxos de investimentos, privados ou públicos, passíveis de serem atraídos para o espaço capixaba;

A referência aqui são estudos prospectivos das áreas com tendências de realizar grandes investimentos no Brasil, sejam novos, de ampliação ou realocização, comparando suas demandas de infraestrutura e cadeias de apoio com o potencial do estado. Nos casos considerados viáveis para localização no estado, caberá organizar os eventos necessários a atração de tais investimentos para o Espírito Santo. Isso envolve a divulgação do potencial do estado, visitas técnicas e, eventualmente, engenharia financeira e de incentivos fiscais. A área de produção de energia, sem dúvida deve ser um dos alvos deste programa.

Os instrumentos de financiamento e estímulos fiscais em vigência no estado serão mantidos e, eventualmente, ajustados e ampliados para melhor compatibilidade com as metas e diretrizes deste plano.



4. Logística para o Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento de uma região requer concentração de esforços na modernização de sua infraestrutura, da mesma forma que nas empresas as operações logísticas são fundamentais para a sua competitividade. A ausência de tais esforços, corresponde a renunciar a uma participação relevante no cenário econômico nacional ou internacional, conforme a região, ou mesmo inviabilizar negócios, devido aos custos mais elevados impostos às diversas cadeias de produção.

A importância da logística é medida pela produtividade, eficiência e rentabilidade das empresas que, ao final, determinam a competitividade da cadeia de suprimentos que as empresas estão vinculadas e das quais resultam o emprego e a renda. Portanto, a logística é fator imprescindível na formulação das políticas de investimentos dos governos.

A pujança econômica do Espírito Santo, em grande medida, depende de sua força exportadora e importadora, conseqüentemente, talvez mais que em outros estados, a logística se mostra como fator decisivo na manutenção de sua competitividade como espaço atraente para a localização de investimentos. Ainda pode-se notar ineficiências significativas que requerem ações do Estado, principalmente em relação a portos públicos e as malhas viária e ferroviária. Cabe observar que a responsabilidade do Governo Estadual em relação aos projetos deste eixo estratégico consiste na competência para articular instituições públicas federais, estaduais e municipais, parceiros privados e, às vezes, participação com investimentos próprios, conforme as características de cada investimento. Para contrapor as ineficiências verificadas, preveem-se os principais programas ou projetos abaixo listados.

- Novo terminal portuário para contêineres, carga geral e atendimento de indústrias usuárias de base portuária;
- Terminal portuário com retro área adequada para atendimento às embarcações que apoiam a indústria de petróleo;
- Nova ferrovia prestadora de transportes públicos que permita o escoamento da produção da hinterlândia regional;
- Redimensionamento da rede rodoviária estadual e com alto nível de serviço, de forma a atender os fluxos de transporte de captação e distribuição de cargas;
- Redes de Terminais Intermodais para o aumento da eficiência da rede viária e ferroviária;

- Investimentos viários urbanos facilitadores da mobilidade das pessoas, especialmente na direção dos grandes fluxos de trabalhadores;
- Infraestrutura e outros investimentos necessários ao programa de conservação de água e gestão de recursos hídricos;
- Duplicação e melhorias das BRs 101 e 262; ampliação do aeroporto; dragagem e ampliação de cais do porto de Vitória, obras cujo processo de licitação é anterior, mas, serão executadas a partir de 2010;
- Contorno do Mestre Álvaro;

Também merecerão atenção especial neste programa de governo as ações necessárias a uma melhor gestão da produção e uso da energia. Aqui os projetos e programas deverão prover:

- A identificação e promoção da produção e uso de energia oriunda de fontes alternativas ou mais adequadas à conservação ambiental;
- Projetos incentivadores de eficiência energética na distribuição e no consumo.



5. Atenção Integral à Saúde

Neste plano, as ações de governo na promoção da saúde da população são compreendidas como um conjunto amplo e complexo de atividades e investimentos que passam pelas condições básicas de habitação – moradia, saneamento, abastecimento de água -, de educação, de cultura e de comportamento – alimentação, higiene, exercícios físicos -, dentre outras, bem como de fatores relacionados com as condições econômicas dos diversos segmentos da sociedade. Todos os aspectos mencionados serão objeto de propostas, porém, neste eixo estratégico serão incluídos os programas e projetos tradicionalmente gerenciados pelas organizações ditas da área de saúde.

Ademais, os programas dessa área deverão prover uma oferta de serviços que cumpram o preceito de que a saúde é um direito de todos, o que propõe o desafio de abranger os segmentos de menor nível de renda ou mesmo os excluídos, seja do mercado formal de trabalho ou marginalizados por situações diversas.

O Governo estadual deve assumir a função de articulador dos três níveis da federação com vistas a alcançar a meta de cobertura universal dos diversos serviços e, ao mesmo tempo, garantir elevados índices de qualidade e resolutividade. Isso envolverá programas e projetos em horizontes de curto e longo prazo, impondo o reconhecimento de que problemas estruturais não poderão ser plenamente resolvidos no âmbito temporal deste plano, embora merecerão a adequada prioridade.

“O ES possui 87 hospitais com um total de 5.582 leitos (Plano Estadual de Saúde 2008-2011), 16 hospitais são estaduais, e 53% do total são hospitais com menos de 50 leitos, baixa concentração tecnológica e com pouca capacidade de atendimento à população.” Além da escala antieconômica, essa rede se estrutura, ao longo do tempo, sem um planejamento com visão do conjunto das necessidades globais e da adequada distribuição no território.

A gestão das políticas e dos ativos da área de saúde no âmbito estadual também deve considerar o exercício pelo Estado das funções de regulação do sistema de saúde, de cofinanciamento e da prestação direta dos serviços de maior complexidade. O que é bastante para informar a prioridade que o planejamento e a estruturação de sistemas gerenciais eficientes devem merecer.

Por outro lado já existe no país um modelo geral, o Sistema Único de Saúde (SUS), bem definido e reconhecido pela eficiência demonstrada até agora. Cabendo os entes envolvidos o planejamento das ações necessárias ao seu pleno funcionamento no respectivo território. É nessa direção que se desenrolaram as ações do governo estadual nos últimos anos, conforme pode ser observado nas citações a seguir (Plano Estadual de Saúde 2008-2011):

“A Lei Complementar nº. 317/2005 organizou o funcionamento do Sistema Estadual de Saúde do Estado do Espírito Santo e estabeleceu que o modelo assistencial fosse regido pelas seguintes orientações estratégicas:

Descentralização com microrregionalização;

Estruturação a partir da atenção primária;

Organização de sistemas integrados de serviços de Saúde. “

“DIRETRIZES -

- *Fortalecimento da Atenção Primária*
- *Redução da Mortalidade Infantil/Neonatal;*
- *Redução da mortalidade materna;*
- *Redução das complicações das doenças crônicas;*
- *Implantação das redes regionais resolutivas de serviços de saúde;*
- *Descentralização administrativa e de serviços/municipalização;*
- *Fortalecimento Regional;*
- *Novas alternativas de gestão: hospitalar e outros serviços;*
- *Melhoria do atendimento à população;*
- *Mobilização intersetorial para enfrentamento da violência;*
- *Implementação da macro função Regulação.*
- *Fortalecimento do Controle Social no Sistema Estadual de Saúde”.*

Os programas serão estruturados obedecendo às orientações gerais já definidas e resumidamente indicadas acima, e abordarão as seguintes linhas principais:

- *Programas para melhorar a atenção básica e a prevenção;*
- *Novos modelos de gestão que privilegiem a desburocratização e agilidade no provimento dos serviços;*
- *Complementação das redes hierarquizadas de atendimento com prioridade para o desenvolvimento regional equilibrado dos investimentos;*
- *Programas voltados para o atendimento a grupos específicos: negros, mulheres e outros;*

- Aprofundamento do uso de tecnologias de informação e comunicação como ferramenta de gestão e de melhoria do atendimento aos usuários;
- Programas voltados para melhorar a articulação com os demais atores na prestação de serviços em saúde;
- Valorização do profissional de saúde, via capacitação profissional, condições adequadas de trabalho, salários e quadros compatíveis com as necessidades de ampliação da oferta de serviços;
- Adequação da rede de atendimento com vistas a ampliar a oferta de serviços;



6. Infraestrutura para Assistência ao Cidadão

O elevado grau de urbanização já alcançado pelo Espírito Santo estabelece a necessidade do poder público ofertar diversos equipamentos e serviços essenciais à qualidade de vida, justificando a inclusão deste tema como objetivo estratégico do plano. O município é o agente público mais próximo do cidadão, portanto, melhor posicionado para o conhecimento dos ativos públicos que atenderão as carências locais, indicando que a execução das ações desse objetivo estratégico deve contar com uma forte articulação com os municípios.

Universalização do abastecimento de água potável

Prevê-se a realização de projetos visando à universalização do abastecimento de água potável para todos os núcleos urbanos do Estado.

Saneamento básico

Maior cobertura de esgotamento sanitário

Programa Habitacional

Estudo apresentado pelo Instituto Jones dos Santos Neves mostra que o déficit habitacional no Estado se mantém estável nos anos mais recentes, embora com algumas mudanças em seus componentes. Também indica que a coabitação responde por 52,4%, o aluguel excessivo 34,4% e a habitação precária por 13,2% do déficit estimado. As estimativas dimensionam um déficit da ordem de 126 mil unidades ou 12% das habitações existentes, e que 92,9% das necessidades concentram-se na faixa da população que ganha até 3 (três) salários mínimos.

Assim, a construção de novas moradias para a população de baixa renda deve ser o foco prioritário para o programa habitacional nos próximos anos. O volume de investimentos necessários exigirá um grande esforço de mobilização das três instâncias de governo. Além da viabilização das fontes para os financiamentos requeridos para as habitações, o programa deverá prever a solução de questões relacionadas com a regularização de propriedades e a instalação de infraestrutura em ocupações existentes em situações precárias.

Proposta para os municípios da Grande Vitória e aqueles com mais de 100.000 habitantes:

- ✓ Urbanização de favelas, em parceria com as prefeituras locais, investindo em infraestrutura, acessibilidade, transporte, habitação (realocação de famílias que residem em áreas de risco e de interesse ambiental, reconstrução e melhorias habitacionais), equipamentos públicos e comunitários e regularização fundiária, tendo o componente humano como questão central;
- ✓ Construção de Unidades Habitacionais, multifamiliar ou unifamiliar, para famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos;
- ✓ Regularização Fundiária e Edilícia, para regiões já urbanizadas com predomínio de famílias com renda de até 5 (cinco) salários mínimos;
- ✓ Reconstrução pulverizada de moradias precárias (barracos) ou com risco estrutural grave, para famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos;
- ✓ Viabilizar recursos e assistência técnica, para famílias com renda de até 5 (cinco) salários mínimos, para construção de novas moradias e reforma e/ou ampliação das já existentes;
- ✓ Construção de Usinas de Reciclagem de Entulhos.

Proposta para os Municípios com menos de 100.000 habitantes:

- ✓ Construção de Unidades Habitacionais, para famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos, na zona urbana ou rural;
- ✓ Desenvolvimento Institucional, objetivando a capacitação das equipes das prefeituras, com o intuito de, por exemplo, captar recursos;
- ✓ Viabilizar recursos e assistência técnica, para famílias com renda de até 5 (cinco) salários mínimos, para construção de novas moradias e reforma e/ou ampliação das já existentes.
- ✓ Regularização Fundiária e Edilícia, para regiões já urbanizadas, com predomínio de famílias com renda de até 5 (cinco) salários mínimos.

Proposta para todo o Estado:

- ✓ Elaboração do Plano Estadual de Habitação e apoio aos municípios para elaboração de Planos Municipais de Habitação e criação dos Conselhos e Fundos;
- ✓ Fomentar os Consórcios Públicos entre Municípios, para ampliar o número de moradias construídas.

Rede de assistência social

- ✓ Continuidade dos investimentos necessários ao pleno funcionamento do Sistema Único de Assistência Social.
- ✓ Organização e expansão da rede especializada no tratamento do uso abusivo de álcool e outras drogas;
- ✓ Infraestrutura de acesso à rede mundial de computadores, com meta de cobertura de todo o território capixaba até 2014;
- ✓ Melhorias e ampliação da rede de equipamentos para a prática de esportes nas mais diversas modalidades
- ✓ Melhoria e ampliação da rede de equipamentos de apoio à produção cultural nas suas mais diversas manifestações,



7. Prevenção e Redução da Violência

O crescimento da violência é um dos mais graves fenômenos que a sociedade contemporânea depara. Aqui se admite o seu caráter complexo e de determinações múltiplas, cujo enfrentamento exigirá um esforço inédito de pesquisa, de formulação e implementação de uma política de Estado envolvendo diversas instâncias públicas e ampla articulação com representações da sociedade.

Os indicadores de violência para o Espírito Santo ainda são considerados altos, com importante concentração na região metropolitana. A taxa de homicídio (ocorrências por 100 mil habitantes) para o Estado se mantém em torno de 53, enquanto para a região metropolitana é da ordem de 80, bem acima da média nacional.

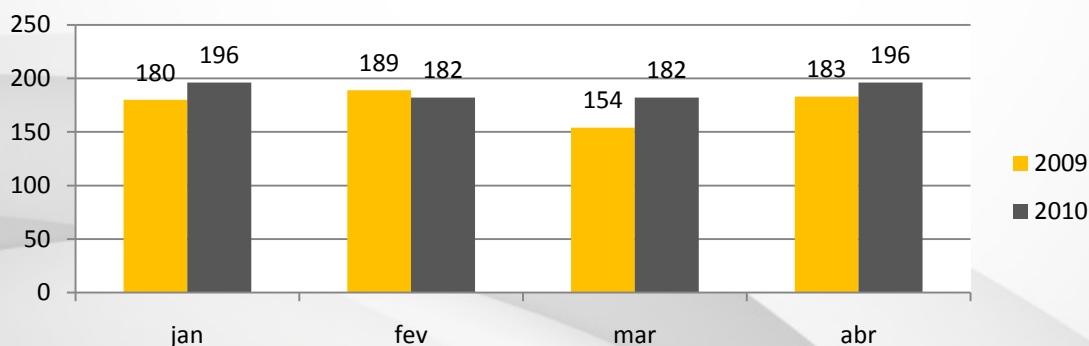
Região Metropolitana - Indicadores por 100 mil habitantes

Categorias	2007	2008
Crimes Contra o Patrimônio	100	100
Crimes Não Letais contra Pessoa	369,7	366,51
Crimes Violentos Contra o Patrimônio	495,19	497,02
Homicídios	80,01	80,87

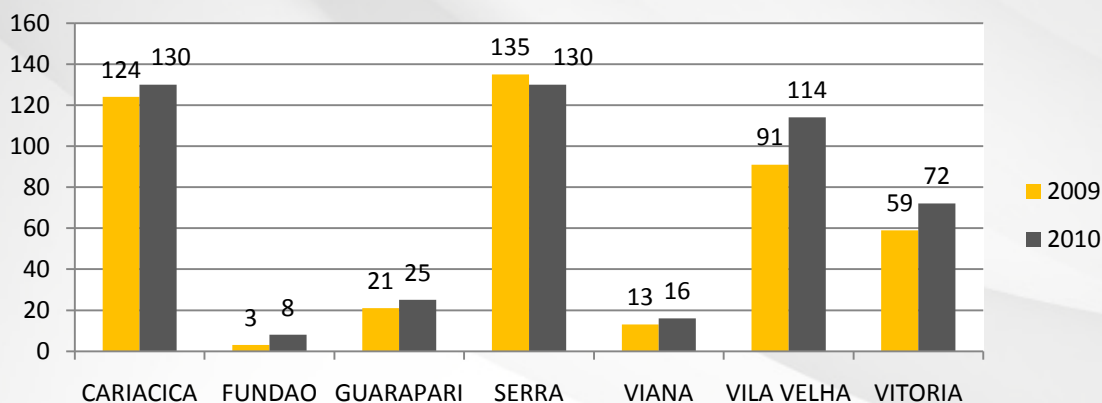
Fonte: IJSN

No período analisado, os homicídios registrados no Estado do Espírito Santo apresentaram um aumento de 7%, configurando uma tendência de alta no primeiro quadrimestre. No interior do Estado o quadro é de estabilidade, (foram 260 homicídios em 2010 contra 261 homicídios em 2009). O grande locus de concentração de homicídios, entretanto, é a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) que registra, em média, 65% do total de registros do Estado.

Homicídios registrados no Estado no período de janeiro a abril (2009 - 2010).



Homicídios registrados na RMGV no período de janeiro a abril (2009 - 2010).



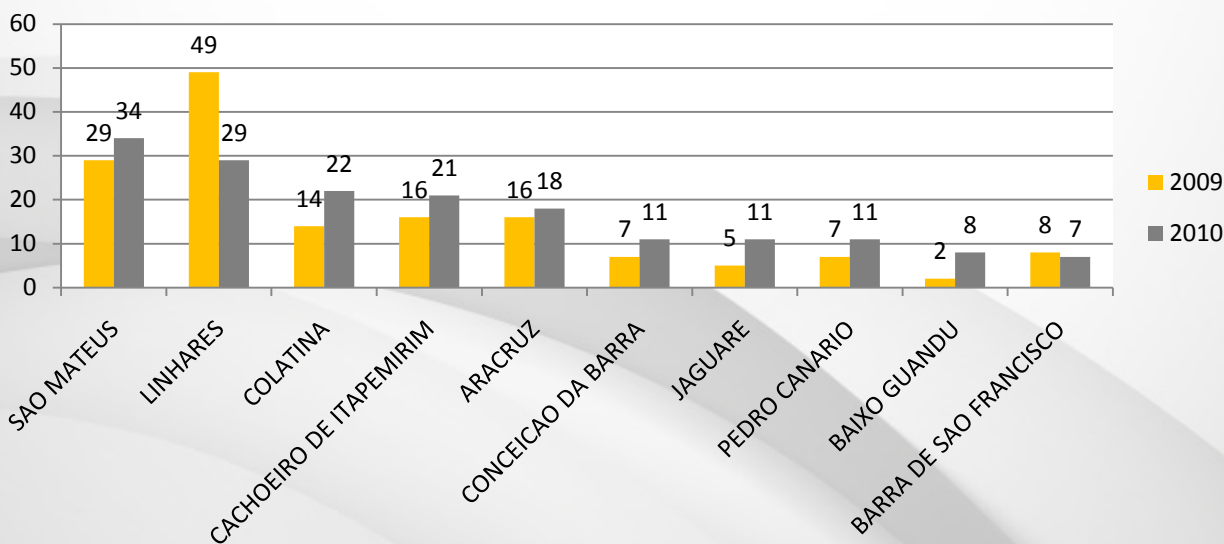
Na RMGV, o único município que apresenta um quadro de redução na incidência do crime de homicídio é o município de Serra, onde destacamos o bairro de Feu Rosa que, no período analisado reduziu de 12 homicídios, em 2009, para 05, em 2010.

No sentido contrário, o município de Vila Velha apresentou um aumento de 25,5 %, com destaque para o bairro de São Torquato. Também merecem atenção os bairros que compõem as regiões da Grande Terra Vermelha e Santa Rita (cerca de 50% dos homicídios registrados em 2010 ocorreram nestes bairros).

Interior do Estado

Os homicídios registrados no interior do Estado vinham apresentando estabilidade em 2010. No entanto, o mês de abril sinalizou uma inversão de tendência, registrando um aumento de 9,5%. Entre os municípios do interior destacam-se: Linhares, que apresentou uma redução de 40%, e Jaguaré que dobrou o número de homicídios passando de 05 homicídios em 2009 para 11, em 2010.

Homicídios registrados no interior do Estado no período de janeiro a abril (2009 - 2010).



Vale destacar que o município de Jaguaré está localizado entre os municípios de São Mateus e Linhares, primeiro e segundo colocados, entre os municípios do interior, na incidência de homicídios. Esses municípios têm sido alvos várias ações de segurança pública, voltadas para a contenção do avanço da criminalidade, fato que pode indicar a possibilidade de deslocamento criminal para o município de Jaguaré.

Tráfico de Entorpecentes

Em 2009 foi contabilizada a apreensão de, aproximadamente, 1.049,344 kg (mil e quarenta e nove quilos e trezentos e quarenta e quatro gramas) de entorpecentes, sendo 36,981 kg (trinta e seis quilos, novecentos e oitenta e um gramas) de Cocaína, 59,179 kg (cinquenta e nove quilos, cento e setenta e nove gramas) de Pasta Base de Cocaína, 850,482 kg (oitocentos e cinquenta quilos, quatrocentos e oitenta e dois gramas) de Maconha, 102,702 kg (cento e dois quilos, setecentos e dois gramas) de Crack.

As rotas que as drogas percorrem até chegarem ao Estado são as mesmas em 95% dos casos. A maconha vem do Paraguai, passa por Mato Grosso do Sul e Paraná; a cocaína sai do Peru, Bolívia ou Colômbia, passa pelo Acre, Rondônia ou Mato Grosso e as drogas sintéticas vêm geralmente da Holanda e da Bélgica indo direto para São Paulo e, depois, para o Espírito Santo. Uma das principais rotas de narcotráfico interestadual passa pela BR-262 que promove a ligação do Espírito Santo e Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Outra rodovia que merece destaque é a BR-101, que corta todo o Estado do Espírito Santo.

O ônibus é o principal meio usado para o transporte de drogas. As pessoas que transportam a droga misturam audácia e criatividade para camuflá-la. Existem casos de apreensões de drogas que estavam escondidas em fundos falsos de bagagens ou em outros locais inusitados como dentro de palmilhas de calçados, amarradas às pernas ou à barriga (simulando estado de gravidez), visto que é crescente a utilização de mulheres para o transporte das drogas.

Com base nos registros de Tráfico de Entorpecentes no Espírito Santo entre jan/09 e mar/10, verifica-se um domínio das ocorrências relacionadas ao tráfico de crack (1857 ocorrências) representando 56,5% do total, em seguida tráfico de maconha (759) e cocaína (665).

Comparando-se o primeiro trimestre de 2009 com o de 2010, verifica-se um aumento de cerca de 30% no número de registros.

Tráfico e Comércio Ilegal de Armas e Munições

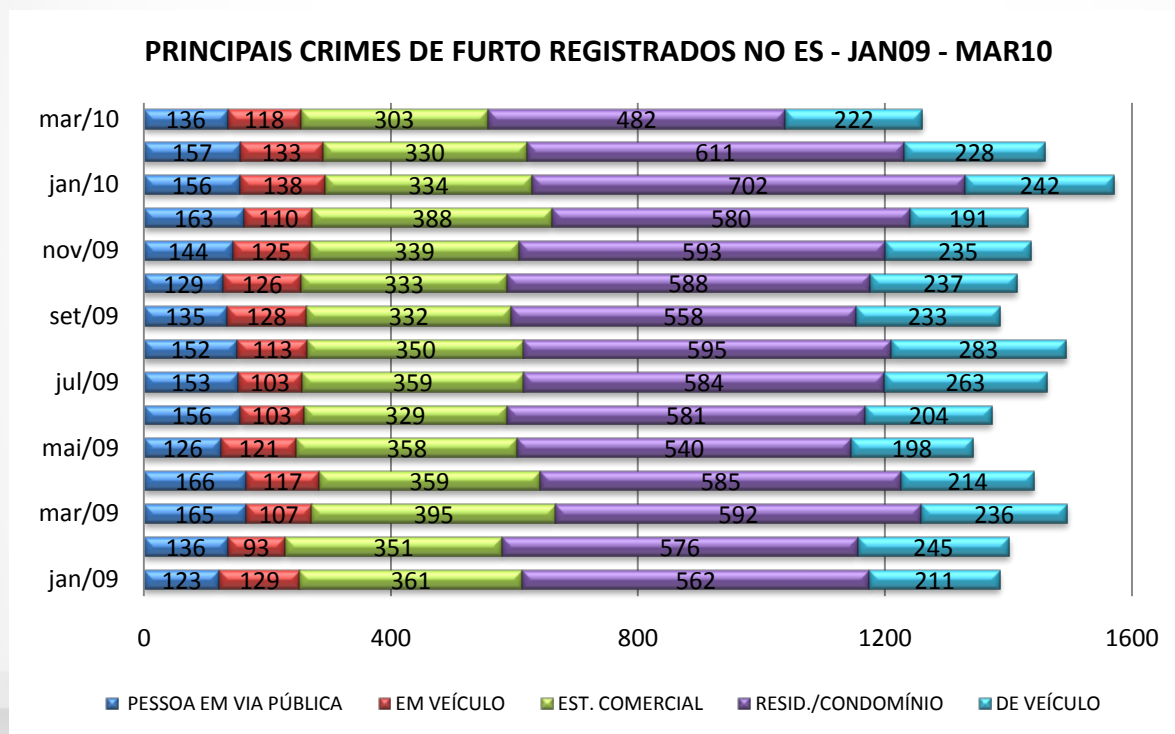
Os crimes relacionados ao tráfico e comércio ilegal de armas e munições no Estado no período de Jan09-Mar10, apresentam tendência de estabilidade, registrando pequeno decréscimo. O maior número de registros relaciona-se ao porte ilegal de arma de fogo (1.309) que representam mais de 36% de todos os registros de crimes de armas e munições, seguido de disparo de arma de fogo (853 registros) e apreensão de arma de fogo (com 516 ocorrências).

As características das armas comercializados no interior e na capital são diferentes. No interior, os registros indicam uma maior comercialização de espingardas calibre 38, calibre 44, calibre 12, rifles calibre 22 e revólveres calibre 38. As armas mais comercializadas na capital, por sua vez, são revólveres, pistola, calibre 9 mm, pistola calibre.380 e pistola calibre.765. As rotas utilizadas para o tráfico de armas são semelhantes e muitas vezes compartilhadas com as rotas de tráfico de entorpecentes.

Crimes Contra o Patrimônio

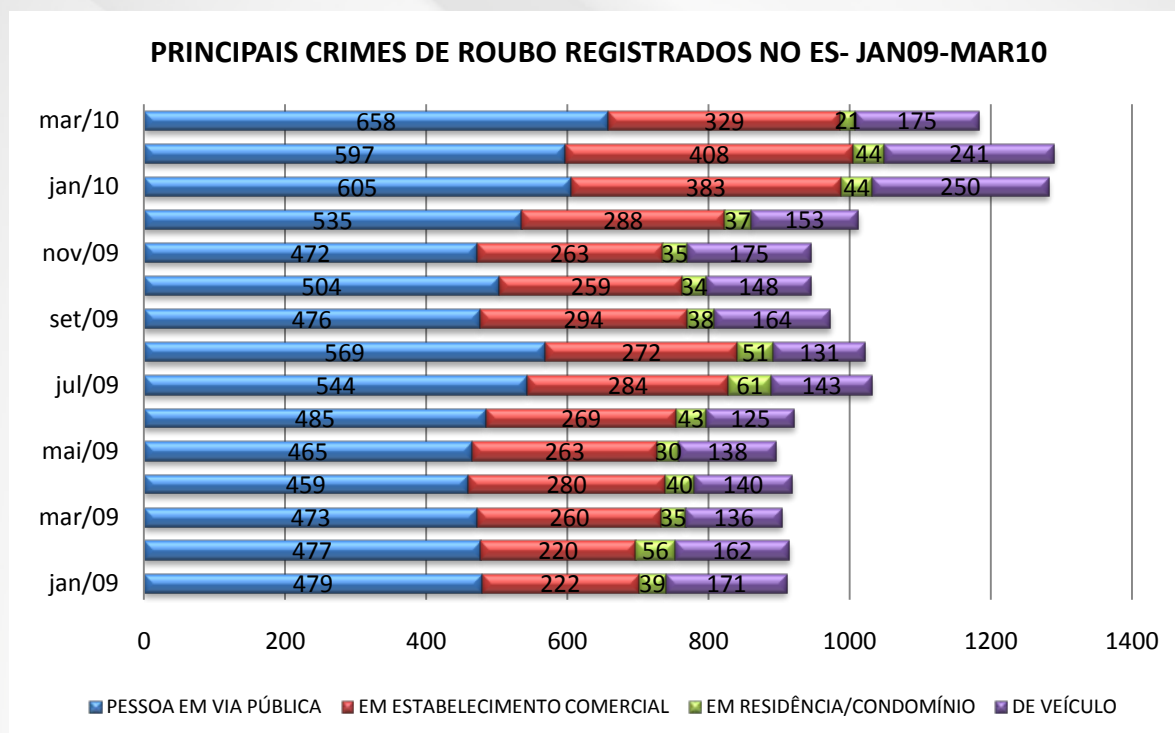
Foram registradas, no Estado, 42.034 ocorrências de crimes contra o patrimônio em 2009, das quais 20.656 tipificadas como furto. Desse total, 6.934 registros corresponderam a Furto em Residência e Condomínio; 4.254 a Furto em Estabelecimentos Comerciais; 2.750 a Furtos de Veículos; 1.748 a Furto a Pessoa em Via Pública e 1.375 a Furtos em Transporte Coletivo.

Quando comparado o primeiro trimestre de 2009 com o primeiro trimestre de 2010, verifica-se um pequeno aumento. Foram 5.113 furtos entre Jan-Mar09 contra 5.160 ocorrências entre Jan-Mar10.



O número total de ocorrências de roubo, em 2009, foi 12.439. O maior número refere-se ao Roubo à Pessoa, em Via Pública (5.938) representando, aproximadamente 48% do total de registros de roubo. Observa-se, ainda, 3.174 ocorrências de Roubo em Estabelecimento Comercial, 1.786 Roubos de Veículos, 499 registros de Roubo em Residência/Condomínio e 262 registros de Roubo com Restrição de Liberdade da Vítima.

No primeiro semestre de 2009, foram registrados 6.049 roubos no Estado; no segundo semestre foram 6.425 registros. Comparando-se o primeiro trimestre de 2009 com o de 2010, verifica-se que os registros foram de 4.031 e 4.021, respectivamente, mantendo uma constante queda no registro de roubos.



No primeiro semestre de 2009, foram registrados 6.049 roubos no Estado, no segundo semestre foram 6.425 registros. Comparando-se o primeiro trimestre de 2009 com o de 2010, verifica-se uma tendência de estabilidade do número de registros. Entretanto, quando analisamos os crimes de Roubo à Pessoa em Via Pública, Roubo em Estabelecimento Comercial, Roubo em Residência e Roubo de Veículo, comparando o primeiro trimestre de 2010 com o período de 2009, verificou-se aumento da ordem de 40%. As principais localizações geográficas dos registros estão localizadas na RMGV.

Nos anos mais recentes, foi realizado um volume de investimentos significativo em equipamentos, tecnologia de informática, presídios e ampliação de efetivos policiais.

Na estrutura do governo estadual cabe à Secretaria de Segurança e Defesa Social a coordenação dos projetos de prevenção e repressão à violência, que são executados pelas polícias Civil – investigadores e Polícia Técnica - e a Militar, incluindo o Corpo de Bombeiros. De outro lado, o sistema prisional é administrado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

Em 2003, o estado dispunha de 13 unidades prisionais que somavam cerca de 4000 vagas. Em geral, essas unidades eram de projetos arquitetônicos desatualizados e inadequados, além de precárias condições de manutenção, requerendo a completa substituição de várias delas. O número de agentes penitenciários, também é considerado insuficiente, cerca de 320, para uma necessidade estimada acima de 2000. O

programa de investimentos nesse sistema prevê o funcionamento de 28 unidades ou 11.700 vagas disponíveis e com 1890 agentes (contratados e terceirizados), ao final de 2010.

A população carcerária, em junho de 2010, era da ordem de 10.320 dos quais 50% são os denominados provisórios. Os demais, já condenados, estão nas penitenciárias. Algumas penitenciárias estão sob a gestão de empresas ou organização social, sob contrato, uma experiência recente e com avaliação positiva pelos administradores da área. A maior pressão sobre esse sistema diz respeito aos presos provisórios, um contingente considerado exagerado, embora uma proporção que não é a maior do país. Alguns estados alcançam 60% do total. Concorre para essa situação um conjunto amplo de questões institucionais que merecem ações específicas para diminuir a pressão sobre o sistema. Essas ações vão desde critérios adequados para a prisão (focar nos delitos mais importantes), passando por apoio jurídico (Defensoria Pública) e maior agilidade dos processos judiciais (Poder Judiciário). Nesse caso, a meta preconizada é baixar a população de presos provisórios para 30%, aproximando ao percentual verificado para os estados do Sul (25%).

Ainda no aspecto institucional, observou-se um acúmulo de conteúdos gerenciais sob a égide da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, que acumula a gestão do sistema prisional e o provimento de um conjunto amplo de atividades voltadas para a garantia dos direitos do cidadão. Nesse conceito, inclui-se desde a atenção ao consumidor (Procon), passando pela atenção às diversas minorias sociais vulneráveis (negros, índios, mulheres, crianças, adolescentes e outros grupos), sem dúvida, uma complexidade de questões que exigem um esforço muito grande do secretário da pasta e risco alto de impossibilidade de atender adequadamente todos os temas sob seu comando.

No plano da segurança, tema sob a coordenação da Secretaria de Segurança e Defesa Social, também existem muitas questões de ordem institucional e gerencial que devem ser objeto de ações. Há consenso entre operadores da área da necessidade de ampliar a articulação entre as polícias, fortalecer e melhorar as condições de trabalho da perícia técnica, fortalecer a interação das atividades policiais com a comunidade, ampliar as parcerias com outras instâncias (polícia federal, guarda municipal, poder judiciário etc), melhor controle e participação da sociedade sobre as ações dos órgãos de segurança.

Fica claro pelo estágio atual de conhecimento, de investimentos já realizados, ações executadas e em execução de que o maior desafio da área para os próximos anos está no aperfeiçoamento institucional e gerencial. Em uma avaliação mais geral, pode-se dizer que os atrasos verificados anteriormente em investimentos tecnológicos, equipamentos e reposição de pessoal foram bem atenuados, necessitando agora de manutenção, reposição e alguns poucos acréscimos. Assim, nos próximos anos a programação deverá prever um fluxo de investimentos menor do que o realizado nos últimos oito anos e um esforço organizativo e articulador de maior impacto sobre os resultados obtidos até o presente.

Com base nas informações sobre o cenário atual e nos desafios mencionados acima, seguem indicações preliminares de diretrizes, ações e linhas programáticas:

Principais diretrizes

- Regime de colaboração entre as três instâncias de governo;
- “Comunitarização” e Integração como filosofias-padrão de policiamento do Espírito Santo
- Abordagem sempre compatível com os princípios dos direitos humanos;
- Fortalecimento das ações de inteligência;

I – Desenvolvimento Institucional e avanços na estrutura organizacional

1. Criação do Conselho Estadual de Segurança Pública;
2. Transformação da atual Secretaria de Justiça em Secretaria de Administração do Sistema Prisional com foco na gestão dos presídios, guarda e gestão dos fluxos da população carcerária, bem como articulação com demais instâncias e órgãos, tendo em vista a redução da população de presos provisórios. Com a nova Secretaria, as ações relacionadas à defesa dos direitos humanos serão vinculadas a outro espaço organizacional com condições mais adequadas para fortalecer a presença do estado neste campo;
3. Construção do PACTO PELA VIDA, o novo plano de segurança, de forma participativa ouvindo os órgãos policiais, sociedade civil, acadêmicos e demais interessados no tema. O Pacto pela Vida abrigará um conjunto de ações e projetos voltados para a redução dos indicadores de violência, com articulação com os diversos órgãos e instâncias. Deverá ter metas bem definidas e acompanhamento semanal de resultados, com prestação de contas diretamente ao Governador.
4. Novos modelos de gestão que privilegiem a redução da burocracia nos processos de suprimentos, manutenção de equipamentos, gestão de pessoas, uso das tecnologias de informação e comunicação como ferramenta de inteligência e de gestão;
5. Pesquisa e gestão do conhecimento sobre o fenômeno da criminalidade e da violência; criação de banco de dados unificado;
6. Articulação e integração dos trabalhos das corregedorias e ouvidorias (PM, PC e Corpo de Bombeiros), com avaliação sobre a eficácia de atuação de uma e outra, sob comando único;
7. Modelagem de integração das Guardas Municipais aos projetos do Pacto Pela Vida;

8. Valorização dos servidores via capacitação, melhorias das condições de trabalho e política salarial compatível;
9. Aparelhamento, capacitação e valorização da Polícia Civil do Estado; Fortalecimento do quadro e condições de trabalho da Polícia Técnica.

II – Programa de Gastos e Investimentos

1. Adequação anual do efetivo policial às necessidades do planejamento da segurança e defesa social;
2. Adequação da oferta de vagas no sistema prisional, ao lado de programas de agilização dos processos judiciais e definição de critérios de aprisionamento com vistas a reduzir o contingente de presos temporários;
3. Investimentos na ampliação e adequação da infraestrutura de suporte – viaturas, ampliação do número e reforma das delegacias, informatização, laboratórios da polícia técnica etc;
4. Modernização e descentralização das Unidades de Corpo de Bombeiros, com aumento da capacidade de resposta dessas unidades; criação de Brigadas de Incêndio Voluntárias nos municípios;
5. Ampliação do quadro técnico da Defesa Civil (engenheiros, técnicos e geólogos etc.); Treinamento e supervisão das coordenadorias municipais de Defesa Civil;



8. Educação e Valorização da Cultura, do Esporte e Lazer

A inserção do Espírito Santo na economia do conhecimento conforme deve ser almejado exigirá um grande esforço de ampliação da oferta de vagas nos níveis formais do sistema educacional, além de revolucionária gestão da melhoria da qualidade. Assim, a área de educação merecerá atenção muito especial, não somente por conta de seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável, mas, destacadamente por sua funcionalidade como instrumento de valorização das pessoas e, conseqüente, inclusão social.

O Brasil ainda apresenta enormes diferenças negativas, quando comparado com outros países, nos indicadores que medem qualidade e taxas de matrícula em relação à população alvo. Fato observado para todos os níveis de ensino, especialmente no nível universitário, embora sejam observados avanços recentes na cobertura de matrícula, particularmente nos níveis fundamental e médio. Os indicadores para o Espírito Santo o mostram próximo da média brasileira, ou, lamentavelmente, bem abaixo dos estados mais avançados, sobretudo quando observados os dados relativos à oferta de ensino profissional de nível médio e superior.

Portanto, a ação do governo nesse campo ainda requer pesados investimentos e enorme competência criativa para a construção de projetos inovadores e capazes de superar, em prazo não muito longo, as deficiências. A proposta deste plano é enxergar a oferta de educação de forma sistêmica, provendo ações de expansão de oferta e melhoria de qualidade em todos os níveis, exercendo para tanto sua competência de ofertante de serviços e fiscalizador de qualidade.

A oferta privada de ensino de qualidade deve ser estimulada para que os serviços públicos se expandam, prioritariamente, nos locais de presença da população de menor renda.

Os programas e projetos referentes a esse objetivo estratégico, além das diretrizes já mencionadas, seguirão as linhas programáticas abaixo mencionadas:

- Projetos articuladores dos três níveis de governo com vistas à melhoria da qualidade e aumento da abrangência da população alvo nos três níveis de ensino;
- Expansão do ensino profissional de nível médio;
- Infraestrutura para a atividade educacional: escolas, laboratórios e recursos tecnológicos facilitadores da aprendizagem;
- Eficácia da aprendizagem: constante aperfeiçoamento de currículo, capacitação profissional; avaliação da gestão e dos profissionais;
- Suporte ao aluno para o cumprimento de suas atividades: merenda, transporte, bibliotecas etc.

- Novos modelos organizacionais que facilitem o suprimento, a manutenção da infraestrutura, equipamentos e a gestão de pessoas;
- Valorização dos profissionais: capacitação, condições de trabalho, estudos sobre adequação do quadro e dos salários;
- Expansão da escola, em tempo integral;
- Estudos com vistas à viabilidade do fomento ao ensino privado fundamental e médio, com prioridade para os municípios do interior e para as unidades que aderirem ao programa de qualidade estabelecido pelas instâncias reguladoras e fiscalizadoras;
- Manutenção e expansão em áreas específicas dos programas de educação para jovens e adultos;
- Fortalecimento da articulação com os municípios com vistas à melhoria de qualidade do ensino fundamental;
- Fortalecimento da ação reguladora do Estado;

Valorização da Cultura

Este eixo estratégico também deve comportar as ações relacionadas à promoção da cultura, que se justificam pelo seu potencial de valorização das pessoas e também de gerar empregos e renda. É por essas razões que alguns formuladores de políticas propõem um investimento público da ordem de 1% das receitas.

Os programas neste sub-objetivo serão desenvolvidos nas seguintes linhas:

- Proteção ao patrimônio histórico e cultural;
- Afirmação da cultura como elemento de identidade de sua população;
- Fomento à produção artística, em suas diferentes manifestações: música, literatura, artes cênicas, artes plásticas; o fomento ao folclore como patrimônio cultural a ser valorizado;

A promoção das atividades esportivas

O terceiro sub-conjunto deste eixo estratégico refere-se à promoção de atividades esportivas com vistas aos seus múltiplos benefícios para a formação do cidadão, para a saúde, para o lazer, bem como forma de ocupação da juventude e redução de sua exposição aos consumo de drogas.

Neste sentido, no objetivo estratégico 6 – infraestrutura para a assistência ao cidadão – já foram mencionados investimentos em equipamentos esportivos. Os projetos aqui deverão:

- estimular as práticas de esportes por crianças e jovens, especialmente nas escolas públicas, focalizando em cada cidade aquelas práticas esportivas mais compatíveis com os interesses e facilidades existentes na localidade;
- promover eventos e competições esportivas com amplo envolvimento da juventude;
- projetos articuladores de municípios e estado com vistas à multiplicação dos programas federais para a área.



9. Proteção Social, Empregabilidade e Escolhas Democráticas para o Gasto Público

A enorme heterogeneidade da sociedade brasileira quando consideramos níveis de renda, níveis educacionais, condições de habitação, origens étnicas ou culturais acabam condicionando também um acesso muito desigual ao mercado de trabalho, ao mercado de consumo e o acesso aos direitos fundamentais. Portanto, neste objetivo estratégico se integrarão os programas e projetos com metas de enfrentamento da exclusão social nas vertentes ainda não abrangidas nos demais eixos estratégicos. Os programas focalizados aqui buscam metas relacionadas aos estímulos à participação social, a consolidação da cidadania, o combate a qualquer tipo de discriminação, o conhecimento e a garantia dos direitos fundamentais, bem como a facilitação do acesso ao emprego.

A seguir alguns programas e projetos que compõem este objetivo estratégico:

- Maior oferta de qualificação profissional para as atividades que exigem menor grau de educação formal;
- Fortalecimento da articulação das ações de intermediação de mão de obra e qualificação profissional;
- Apoio para maior presença em todo o Estado da Defensoria Pública;
- Implantação de atividades integradas por diversos órgãos públicos para atuação em áreas de maior fragilidade, com o propósito de enfrentar a exclusão social de forma abrangente e em simultâneo;
- Implantação de fóruns e conselhos com vistas a promover a maior participação social na escolha de prioridades para a definição do gasto público;
- Programas de apoio aos presidiários, especialmente os referentes a sua profissionalização;
- Programas de facilitação do acesso ao primeiro emprego.
- Projetos de serviços de atendimento ao cidadão (documentação, orientação social, jurídica, defesa do consumidor e outros);
- Fortalecimento dos serviços de assistência social: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS);
- Ampliar a cobertura dos serviços de assistência social profissionalizados;

Políticas Especiais para as Mulheres

O Governo da “Coligação Juntos para o Futuro” assume o compromisso com as lutas históricas dos movimentos das mulheres que se expressam por meio de várias organizações e reivindicações, mas, que ainda não contam com ambientes de formulação e execução de políticas governamentais. A principal proposta neste campo é implementar um programa específico, que terá como objetivo a articulação com os demais órgãos do Governo tendo em vista otimizar as ações que tenham como foco a melhoria das condições de vida e de afirmação das mulheres nos diversos campos da dinâmica social. Cabe destacar algumas áreas de trabalho que devem merecer atenção especial:

O enfrentamento da pobreza: As políticas de capacitação profissional, de promoção de micros ou pequenos negócios, de microfinanças e de habitação deverão desenvolver ações e produtos específicos para atendimento das mulheres que, crescentemente, estão assumindo a posição de chefes de famílias nas faixas consideradas de baixa renda;

Prevenção e combate à violência contra a mulher: devem ser reconhecidos os aspectos culturais que envolvem essa forma particular de violência e também a impunidade que atua como fator não inibidor dos agressores. Assim, serão desenvolvidas atividades voltadas para estimular mudanças de comportamento e investimentos na ampliação dos canais de atendimento das mulheres vítimas de violência. A ampliação de Delegacias Especializadas, proteção de testemunhas, abrigos provisórios, atendimento jurídico e capacitação de profissionais da área de segurança, são exemplos de projetos que deverão ser implementados.

Saúde: Este programa de governo compromete-se com a dotação mais adequada de recursos financeiros e humanos, visando à assistência integral, universal e qualificada da saúde da mulher.

Direitos das Mulheres: a promoção do conhecimento dos direitos que envolvem questões específicas das mulheres, a implementação de ações próprias da Defensoria Pública e de outros órgãos do Governo merecerão atenção e estudos com vistas a realização de atividades e investimentos visando a construção de um ambiente mais adequado para que as mulheres possam exercer plenamente a capacidade de tomar decisões soberanas sobre a trajetória de vida desejada.

Políticas para a Juventude

Este é um segmento da população que deve merecer atenção muito especial em razão de profundas mudanças observadas como consequências do elevado grau de urbanização alcançado pela sociedade brasileira. A vulnerabilidade social da população jovem ampliou-se devido a diversos fatores, valendo destacar pelo menos três deles: o baixo estímulo que as escolas atuais apresentam para os jovens permanecer nelas; as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho e a atração exercida pelo mundo da criminalidade que já contabiliza parcela significativa de jovens em conflito com a lei.

A proposta assumida pela “Coligação Juntos para o Futuro” é de enfrentamento destes fatores com investimentos e atividades diversas.

No que diz respeito à escola, reconhece-se sua centralidade em relação aos fatores agravantes das condições de vida e evolução da juventude, que é dada pela sua função de capacitar para o mercado de trabalho e de ocupação do tempo do jovem, reduzindo sua exposição a cooptação pela criminalidade. Por isso, um grande esforço será realizado junto aos governos federal e municipais, com vista a ampliar a oferta de vagas no ensino médio e, principalmente, no ensino profissional médio e universitário. Em paralelo, a “comunidade da educação” será estimulada para tornar a escola mais atraente, seja revisando currículos, seja desenvolvendo novas práticas pedagógicas ou, ainda, ofertando atividades esportivas e culturais, também fundamentais para uma formação humanística mais adequada. Complementarmente, será analisada a implantação de programas de bolsas para alunos de baixa renda, a ampliação dos programas de alimentação e outros benefícios voltados para a promoção da permanência na escola, com vistas a ampliar o número de concluintes do segundo grau. O ensino profissional das áreas ditas tecnológicas deverá merecer prioridade, tendo em vista a redução de significativas deficiências verificadas em nosso estado neste segmento de ensino, além da importância para o ingresso no mercado de trabalho.

Algumas outras ações específicas serão implementadas com focos em problemas que afetam, em particular, a juventude rural:

- ✓ Apoiar o acesso dos jovens a terra e aos meios de produção, à educação básica profissionalizante e às tecnologias ;
- ✓ Criar programa de concessão de bolsas de estudo para filhos de agricultores familiares, tanto na formação profissional, quanto na de nível médio e nível superior, prioritariamente nas áreas de Ciências Agrárias;
- ✓ Apoiar o desenvolvimento do espírito empreendedor e o estímulo ao associativismo, qualificando os jovens para a gestão de organizações familiares e de pequenos negócios;

- ✓ Incentivar a formação tecnológica dos jovens rurais, através do apoio técnico e financeiro à rede de Escolas que adotam a pedagogia de alternância (Escolas do MEPES).

Políticas para os Negros

Os programas para este segmento deverão se basear em:

Transversalidade - pressupõe que o combate às desigualdades e a promoção da igualdade racial sejam considerados no conjunto das políticas de governo;

Descentralização - modo de gestão que comprometa as demais secretarias com a temática;

Gestão Democrática - como método para estimular as instituições da sociedade civil assumirem um papel ativo na formulação, implementação e no monitoramento da política.

Comprometimentos - Articulação com as diferentes esferas do governo federal, estadual e municipal e ainda com o terceiro setor e o setor privado objetivando promover o enfrentamento ao racismo institucional.

Seguem algumas recomendações para os programas setoriais:

Área de Saúde

- ✓ Implementar a política de saúde integral da população negra;
- ✓ Identificação, cadastramento e acompanhamento na Atenção Básica de 100% das crianças com doença falciforme;
- ✓ Instituir o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, no âmbito da Secretaria de Saúde.

Área de Educação

- ✓ Implementar ações especiais visando facilitar o acesso e permanência, bem como a melhoria do desempenho de crianças e adolescentes, jovens e adultos da população negra, indígena e demais grupos discriminados em todos os níveis da formação escolar, considerando as modalidades de educação de jovens e adultos e educação especial.
- ✓ Implementar formação para os educadores nas áreas definidas pelas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações ético raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Área Cultural

- ✓ Promover o respeito à diversidade cultural dos grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira;
- ✓ Fomentar as manifestações culturais dos diversos grupos étnicorraciais brasileiros e ampliar sua visibilidade na mídia;

Área do Trabalho

- ✓ Assegurar a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade racial no ingresso do setor público;
- ✓ Adotar políticas de crédito para a constituição e ampliação de micro, pequenas e médias empresas, empreendedor/a individual e para os programas de geração de renda, visando à promoção de empresários/as negros/as;

Comunidades Tradicionais

- ✓ Assegurar o caráter laico do Estado Brasileiro, nas atividades educativas, comemorativas e festivas do serviço público;
- ✓ Buscar mecanismos para o reconhecimento das comunidades tradicionais de terreiro como espaço sagrado e como patrimônio imaterial, garantindo o livre acesso a esses espaços e não violação de suas práticas religiosas;
- ✓ Assegurar ações afirmativas que permitam o enfrentamento à intolerância religiosa;
- ✓ Mapear a situação fundiária das comunidades tradicionais de terreiro apoiando ações com vistas à devida legalização;

Juventude Negra

- ✓ Ampliar as ações de qualificação profissional e desenvolvimento humano voltadas aos jovens negros, especialmente nas áreas de grande aglomeração urbana, garantindo acesso ao mercado de trabalho;
- ✓ Intensificar as ações de enfrentamento à violência contra a população jovem, com prioridade para juventude negra;
- ✓ Promover políticas públicas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação que tenham como público alvo a juventude negra;

Mulher Negra

- ✓ Implementar gestão de políticas para as mulheres, com destaque para mulher negra;
- ✓ Escolhas Democráticas para o Gasto Público
- ✓ É necessário reconhecer que cada comunidade tem a melhor compreensão de suas carências e dos obstáculos ao seu desenvolvimento. Assim, é essencial que o planejamento e a execução dos gastos públicos disponham de canais permanentes de comunicação com as comunidades representativas da multiplicidade de interesses sociais difusos por todo o território estadual. A prática de conselhos ou fóruns regionais de desenvolvimento econômico e social será levada em conta na escolha de prioridades e na execução das políticas e programas.



10. Melhor Distribuição dos Frutos do Progresso

O princípio justificador dos investimentos públicos é a melhoria da qualidade de vida de toda a população. O alcance desse objetivo exige uma melhor distribuição dos resultados do progresso, tanto na dimensão do espaço geográfico quanto na dimensão da renda pessoal. O governante (período 2011/2014) deverá ter como fundamento o propósito de desconcentrar as atividades produtivas como forma de equilibrar a geração de emprego e renda em todo o território estadual.

É fundamental a constante avaliação e permanente atualização dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento regional para garantir a eficácia deles, buscando sempre atender às demandas de desenvolvimento microrregionais diferenciadas, objetivando maior equilíbrio na distribuição espacial da renda e da riqueza; deve-se ampliar o escopo dessas políticas de forma a acelerar a dinamização das sub-regiões de maior atraso relativo, através do apoio à construção de externalidades (infraestrutura, formação de recursos humanos, capacitação técnica etc.), além dos incentivos diretos (fiscais, financeiros e assistência técnica) para os empreendimentos produtivos.

Tais políticas e programas devem ser conduzidos em paralelo com as ações voltadas para a democratização das oportunidades, que nessa linha, focalizarão os programas de qualificação profissional, bem como os de apoio creditício associado com os de transferência de tecnologias apropriadas, visando à expansão ou melhoria de produtividade dos micros e pequenos negócios.

O Governo em seus diversos níveis (União, Estado e Municípios) deve aprofundar as iniciativas já em curso (nas áreas de educação e saúde, principalmente) de atuação compartilhada e de co-responsabilidade no financiamento de políticas públicas, acompanhadas da descentralização da execução de serviços essenciais para o nível local (maior adequação da oferta à demanda dos serviços e maior controle social via conselhos); deve-se enfatizar, de modo especial, a formação de consórcios regionais entre municípios, racionalizando, com isso, a alocação de recursos públicos na construção de redes hierarquizadas de unidades de serviços.

Programa de desenvolvimento municipal

Nesta linha propõe-se a organização de um programa de apoio à mobilização da comunidade municipal para um programa de desenvolvimento local. Implica em desenvolver metodologia que mobilize as lideranças municipais em torno dos objetivos de interesse local: modernização da administração municipal, infraestrutura, criação e desenvolvimento de oportunidades de investimentos (desde o micro do setor informal até projetos de maior significado neste plano local), educação, saúde, fundos de financiamento cooperativos etc.

Para melhor ilustrar a proposta que se pretende desenhar, segue a indicação de alguns projetos, cuja elaboração e, em alguns casos, a execução poderá ser financiada:

- ✓ Projeto de reestruturação administrativa do governo municipal (melhoria de arrecadação, informatização, treinamento de pessoal, plano de desenvolvimento urbano, etc.)
- ✓ Projetos de treinamento de lideranças comunitárias;
- ✓ Projetos de geração de empregos e capacitação de mão de obra;
- ✓ Projetos de infraestrutura local e transporte urbano;
- ✓ Projetos Habitacionais;
- ✓ Projetos de água, saneamento e tratamento do lixo;
- ✓ Projetos complementares nas áreas de saúde e educação (os projetos específicos destas áreas são tratados em outra parte;

Cabe observar que alguns dos projetos, acima, poderão ser organizados e melhor executados por parcerias entre municípios. Assim, alguns deles devem contemplar apoios à constituição de consórcios municipais.

Para o financiamento desse programa propõe-se a criação de um Fundo Estadual de Desenvolvimento Municipal com o propósito de financiar as ações iniciais, participar como contrapartida de recursos municipais e de fundos federais específicos que podem ser obtidos. A principal missão para o Fundo proposto é atuar como catalisador na elaboração de projetos e mobilização de recursos complementares de outras fontes.

Proposições para Regionalização das Ações

Neste capítulo serão apresentadas algumas sugestões de princípios para a formulação de ações no plano microrregional.

O acentuado desnível sócioeconômico entre a região metropolitana e as demais, por um lado, e a verificação de duas microrregiões - fronteira norte e fronteira sul do estado - com características de áreas deprimidas constituem a principal problemática a ser enfrentada.

Experiências recentes no campo do desenvolvimento regional oferecem algumas orientações que devem ser levadas em conta na formulação de políticas para enfrentar a problemática acima mencionada.

Em primeiro lugar, a constatação de que a questão do desenvolvimento sustentável é melhor equacionada quando trabalhada no plano local. Isto é, o desenvolvimento econômico em harmonia com o meio ambiente e com maior capacidade de combater o desemprego pode ser equacionado de forma mais eficiente quando apoiado na mobilização das comunidades locais. Nas comunidades menores essa mobilização conduz para a busca das soluções dos problemas mais importantes e geralmente levam a constituição de cooperativas, organização das demandas de serviços públicos, surgimento de micros e pequenos negócios, capacitação de recursos humanos e diversos outros resultados positivos, tanto para a população local quanto em relação à eficiência dos recursos públicos empregados no espaço considerado. Cabe observar que essa trajetória é compatível com a atração de negócios de maior escala para o mencionado espaço, uma vez que o ambiente externo à empresa contribui para a determinação de sua produtividade. Isso, também, significa a valorização das chamadas externalidades do espaço local, onde a empresa opera, como fator importante da localização dos negócios.

Em segundo lugar, a proposição mais geral, derivada da análise de diversos casos de sucesso, de que a aglomeração de unidades produtoras em torno de uma cadeia produtiva é fator crucial na determinação da capacidade competitiva. Em outras palavras, a especialização de determinado espaço geográfico na produção de um ou alguns produtos, facilita a divisão de trabalho dentro de uma cadeia produtiva, estimula a inovação, reduz custos de transação, contribui para a eficiência dos serviços de apoio (assistência tecnológica, marketing, treinamento e outros exigidos conforme a atividade da aglomeração), além de indicações mais objetivas para o planejamento da infraestrutura e outros serviços públicos pertinentes.

Em terceiro lugar, a noção crescentemente difundida de que é necessário buscar o equilíbrio do crescimento com preservação do meio ambiente. Para o Espírito Santo, mais do que preservar, é necessário recuperar áreas que já demonstram claramente forte degradação e déficit hídrico.

Tomando as questões acima como pressupostos orientadores, sugerem-se os seguintes princípios para a formulação de políticas de desenvolvimento local:

- ✓ Utilizar, como ponto de partida, o recorte espacial de bacias e sub-bacias hidrográficas como espaço para a formulação e execução de planos de desenvolvimento local; em seguida, integrando-os ao plano municipal, consórcios de municípios, microrregiões, etc.
- ✓ Utilizar o conceito de cadeia produtiva na formulação e execução dos planos. Isso significa planejar o apoio a uma determinada atividade econômica considerando todas as fases da produção (produção ou fornecimento de insumos, difusão tecnológica, serviços de apoio, capacitação de recursos humanos, embalagem, transporte, marketing etc.) e comercialização;
- ✓ Especificar a meta de desenvolver, em cada espaço, a especialização em torno de uma cadeia produtiva (produto principal, insumos e serviços). Dito de outra forma, ter como meta estimular o surgimento de eficiência coletiva.
- ✓ Do ponto de vista institucional, o apoio ao desenvolvimento local nos termos descritos acima, exigirá consciência dos gestores públicos de que devem desempenhar a função de articular diferentes instituições públicas e privadas para o alcance de propósitos e ações coordenadas em um determinado sub-espaço;
- ✓ Atrair para atuar no Espírito Santo, em cooperação com congêneres capixabas, ONGs e instituições/programas federais com experiência em projetos de desenvolvimento local. Para o alcance desse objetivo, organizar mecanismos de apoio e de articulação delas com os setores públicos e privados interessados;
- ✓ Definir e difundir como prioridade para atuação as áreas deprimidas inclusas nas bacias hidrográficas do Rio Itabapoana e do Rio Itaúnas (regiões de fronteiras norte e sul, e do Caparaó).